

COMUNIDADES CIGANAS: REPRESENTAÇÕES E DINÂMICAS DE EXCLUSÃO/INTEGRAÇÃO

Eduardo Costa Dias

Isabel Alves

Nuno Valente

Sérgio Aires



acime

Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas

FCT Fundação para a Ciência e a Tecnologia
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, INOVAÇÃO E ENSINO SUPERIOR

Biblioteca Nacional- Catalogação na Publicação
Comunidades ciganas: representações e dinâmicas de exclusão-integração/
/Eduardo Costa Dias...[et al.].
(Olhares:6)

ISBN 989-8000-12-0

I-Dias,Eduardo Costa
CDU 397
316

FICHA TÉCNICA

TÍTULO

Comunidades ciganas: representações e dinâmicas de exclusão-integração

AUTORES

Eduardo Costa Dias
Isabel Alves
Nuno Valente
Sérgio Aires

EDITOR

Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas
Praça Carlos Alberto, 71, 4050-440 Porto
Tel.: 222 046 110 Fax: 222 046 119
e-mail: acime@acime.gov.pt
Rua Álvaro Coutinho, 14, 1050-025 Lisboa
Tel.: 218 106 100 Fax: 218 106 117
e-mail: acime@acime.gov.pt

CONCEPÇÃO GRÁFICA

Helena Valente

CAPA

Jorge Vicente

FOTOGRAFIA DE CAPA

Jorge Firmino

IMPRESSÃO

ISBN
989-8000-12-0

Depósito legal

Índice

Apresentação	6
I Capítulo	
Introdução	10
II Capítulo	
Conceitos e Dimensões da Problemática da Exclusão Social/Integração Social nas Comunidades Ciganas	16
1 - Exclusão Social, Integração e Grupos Étnicos	18
2 - Dimensões de exclusão social	29
III Capítulo	
Análise das Entrevistas Realizadas nas Comunidades Ciganas de Braga, Évora, Lisboa e Porto	52
1 - Caracterização dos Entrevistados e dos seus Agregados Familiares	56
2 - Escolaridade e Posicionamento dos Entrevistados quanto à Escola e Educação	61
3 - Trabalho, Emprego, Formação e Expectativas Profissionais	64
4 - Residência, Percursos Residenciais e Condições de Habitação	74
5 - Saúde e Condições de Acesso aos Cuidados de Saúde	81
6 - Justiça, Conhecimento de Direitos e Acesso à Justiça	85
IV Capítulo	
Considerações Finais	88
Bibliografia	96
Anexos	
Anexo I – Guião da Entrevista a Representantes Institucionais	102
Anexo II – Guião da Entrevista à População Cigana	105

Nota de Abertura

P. António Vaz Pinto

Alto Comissário para a Imigração e Minorias Étnicas

Apresentação

Este livro é a versão revista do relatório do projecto de investigação *Comunidades Ciganas: representações e dinâmicas de exclusão/integração* PBIC/P/CIG/2881/98) realizado, em 2000-2001, pelo Centro de Investigação e Estudos Sociológicos (CIES/ISCTE) e pelo Gabinete de Investigação da REAPN - Rede Europeia Anti-Pobreza/Portugal, para a Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) e entregue em Março de 2002.

Tratou-se, neste projecto, de abordar a problemática da exclusão social no âmbito das comunidades ciganas fixadas em meio urbano e semi-urbano (Braga, Évora, Lisboa e Porto). Uma problemática que, embora se integre no quadro mais global da exclusão social em Portugal, adquire, como veremos no Capítulo II, pelo questionamento das dimensões analíticas dos conceitos de exclusão e integração e, no Capítulo III, pelos resultados da investigação empírica apresentados, contornos e dimensões analíticas em partes específicas.

Os membros das comunidades ciganas em Portugal não são, como vulgarmente são considerados, simplesmente os “mais pobres de entre os mais pobres” e, como tal, portadores ao mais alto grau dos vícios e da perigosidade social atribuída aos pobres. Trata-se, como é evidente, de um preconceito gerador de inúmeros equívocos, que se funda numa ideologia de cariz discriminatória em relação ao outro. Ao outro, no caso o cigano, não é sequer dada a possibilidade de ser realmente diferente, isto é, a única “diferença aceitável” advém em exclusivo da sua colocação no escalão mais baixo de uma hipotética escala de pobreza.

De facto, a colocação dos ciganos na hipotética escala de pobreza da sociedade portuguesa não só se mantém inalterável, independentemente das conjunturas e das situações concretas, como ainda permanece viva e generalizada na sociedade portuguesa a socialmente penalizante associação ilegítima do cigano com preguiça, perigosidade social e delinquência.

Muito embora não seja só em Portugal que persiste esta ideia do lugar dos ciganos na sociedade, ela tem muito a ver quer com a ideia de um Portugal cultural e socialmente homogéneo, quer com a ideia que se arrasta em alguns sectores da sociedade portuguesa sem grande contestação de que “quanto mais pobre é um indivíduo, mais perigoso pode ser”. Isto é, os ciganos não são só os “mais pobres de entre os mais pobres”, são também um grupo social estigmatizado em que, ao (eventual) atributo pessoal, se junta, em qualquer circunstância, a designação social ¹.

Tratam-se, como é evidente, de representações equivocadas dos ciganos desprovidas de qualquer relação com a realidade efectiva da sua situação e sem nenhum valor para a análise das dinâmicas de exclusão social a que estão sujeitos.

Por outro lado, os ciganos não são também simplesmente mais uma minoria étnica de um conjunto de minorias étnicas presentes na sociedade portuguesa. Se é certo que, para além dos traços comuns que partilham com todos os membros da sociedade portuguesa, compartilham traços comuns com outras minorias, os ciganos são, de múltiplos pontos de vista, membros de uma minoria com identidade própria, presente desde há séculos na sociedade portuguesa e portadora de dimensões próprias de relacionamento com o resto da sociedade, que se foram “petrificando” ao longo dos tempos.

Em larga medida, esta investigação organizou-se tendo em conta a necessidade de, por um lado, pela análise empírica, desmontar alguns dos equívocos com que são vistos e situados os ciganos e, por outro, desvendar as efectivas condicionantes da situação de exclusão social a que estão sujeitos. Análise das representações e estudo das dinâmicas de exclusão social/integração andaram par a par nas tentativas feitas neste projecto para colocar no contexto da exclusão social em Portugal as situações encontradas nas comunidades ciganas estudadas em Braga, Évora, Lisboa e Porto.

¹ O estigma é, em larga medida, um tipo especial de relação entre atributo e estereótipo pela qual se constrói a diferença (GOFFMAN, 1998:17).

Na execução do projecto que originou este livro participaram, pelo CIES/ISCTE, Eduardo Costa Dias (coordenador do projecto) e Nuno Valente e, pelo Gabinete de Investigação da REAPN, Isabel Alves e Sérgio Aires. O projecto contou ainda com a colaboração, na fase inicial, de Elsa Pegado e, durante a primeira parte da sua realização, de Ana Sofia Marques, na época investigadoras do CIES ².

A equipa do projecto agradece reconhecidamente a todas as pessoas e instituições que possibilitaram a sua execução. Agradece no plano institucional à FCT, que financiou o projecto e ao Alto-Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas (ACIME), que permitiu a divulgação do relatório e, no plano individual, muito em especial a Luís Capucha, investigador do CIES/ISCTE, que concebeu a proposta apresentada à FCT, a Elisabete Mateus e Fernanda Reis, nossas interlocutoras, respectivamente, no Programa de Promoção Social dos Ciganos da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa e no Secretariado Diocesano de Lisboa da Obra Nacional da Pastoral dos Ciganos, entidades parceiras deste projecto, e a Mirna Montenegro, do Instituto das Comunidades Educativas. A equipa agradece ainda à Associação Olho Vivo de Braga, à Associação para o Desenvolvimento Integrado de Matosinhos (ADEIMA), à Empresa Municipal “Gaia Social” da Câmara Municipal de Gaia e ao Centro Social do Bairro São João de Deus no Porto, o apoio prestado no estabelecimento dos primeiros contactos com as comunidades ciganas de Braga e do Porto e na selecção dos entrevistados.

O coordenador deste trabalho agradece a Alice Espada a montagem e revisão final do texto entregue para publicação.

Naturalmente, um reconhecimento muito especial aos entrevistados e a todos os membros das comunidades ciganas de Braga, Évora, Lisboa e Porto que, pelas informações prestadas e pela disponibilidade manifestada, permitiram a realização deste estudo.

² Ana Sofia Marques que, por razões profissionais, não participou na totalidade dos trabalhos do projecto, publicará, em breve, na revista Sociologia – Problemas e Práticas, um artigo sobre Trabalho, Rendimento e Modalidade de Exclusão/Inserção, baseado em material, em parte, utilizado neste trabalho.

CAPÍTULO I

Introdução

É conhecida a vulnerabilidade dos grupos étnicos minoritários a situações de pobreza e exclusão social. Mostram-no estudos realizados por investigadores nas várias áreas das ciências sociais no nosso país e noutros países ocidentais, conhecem-no as diversas instituições a trabalhar no terreno e evidenciam-no os meios de comunicação social.

Em Portugal, estima-se que sejam de origem étnica minoritária 15% dos indivíduos a viver em situação de pobreza em meios urbanos, o que deixa de lado um conjunto importante de residentes nas zonas rurais do nosso país e pessoas sem residência fixa que o atravessam, seguindo o roteiro dos mercados e feiras ou a sazonalidade das actividades agrícolas, como é o caso de uma parte dos ciganos.

A precariedade das condições de vida, consubstanciada nas relações com o trabalho, geralmente exercido nos sectores mais desqualificados ou mesmo marginais da economia, as fracas qualificações escolares, associadas a elevadas taxas de insucesso escolar, a falta de acesso à informação e o desconhecimento dos próprios direitos e o débil relacionamento com as instituições são alguns dos traços que caracterizam a existência de grande parte dos indivíduos e famílias pertencentes a estes grupos.

A estes traços juntam-se factores culturais e condicionantes de carácter subjectivo, que podem constituir obstáculos tão fortes quanto os mencionados ao acesso dos grupos minoritários à participação e a direitos socialmente

reconhecidos na sociedade portuguesa. Estes factores e condicionantes têm origens mais ou menos longínquas, constituem formas de resistência e adaptação dos grupos minoritários a condições de vida adversas e são, em inúmeros casos, igualmente produto de desconhecimento mútuo entre grupos minoritários e maioritários, geradores de reacções hostis fundadas no preconceito que modela os comportamentos e atitudes de ambas as partes, como é, por exemplo, o das relações estabelecidas entre os ciganos e uma parte maioritária da população portuguesa.

A temática da exclusão social e da pobreza parece, assim, estar inexoravelmente associada ao estudo dos ciganos. Tendo como referenciais precisamente as noções de pobreza e exclusão social, procuramos neste estudo reflectir sobre as condições de vida das populações ciganas, sobre as medidas, programas públicos e as práticas das instituições privadas no quadro do modelo de análise da exclusão/integração social.

A noção de pobreza tem hoje uma série de acepções (pobreza absoluta, pobreza relativa, etc.) e tem ganho contornos renovados no entendimento do seu significado, reconhecendo-se a multidimensionalidade do fenómeno no que diz respeito à articulação com as suas causas e os seus efeitos.

Contudo, a noção de pobreza refere-se especificamente aos aspectos materiais das situações de precariedade, pelo que normalmente as formas de aferição da incidência, intensidade ou abrangência da pobreza se referem aos recursos materiais, tendo como fontes principais os orçamentos familiares.

Esta noção tem vindo a ser cada vez mais confrontada com a de exclusão social, [uma noção que] “permite designar, simultaneamente, os processos e as situações dele resultantes (...) com maior rigor do que a de pobreza (...). Tal noção salienta o carácter multidimensional dos mecanismos pelos quais pessoas, grupos e territórios são excluídos da participação no intercâmbio, nas práticas e nos direitos sociais que constituem a integração social e, desta forma, a identidade” (PERISTA e PIMENTA, 1994: 35).

O conceito de exclusão social encerra um conjunto de manifestações económicas, sociais, psicológicas e simbólicas das exclusões na sociedade, por relação às quais se podem estabelecer, como pólos opostos, situações de integração e de exclusão.

Seguindo esta distinção, fizemos corresponder como estratégia analítica, a cada uma das grandes esferas de identificação dos fenómenos envolvidos nas noções de exclusão/integração social – económicos, sociais e simbólicos – dimensões de análise que nos permitiram com maior nitidez desenhar os contornos da situação dos ciganos em Portugal e definir os respectivos conteúdos e articulações, a saber ³:

- *a esfera económica*, que permite a inserção e a participação social através das actividades de produção e de consumo, referindo-se ao trabalho e aos recursos materiais.
Nesta esfera incluímos não só o trabalho, mas também a formação profissional como instrumento para a inserção no trabalho qualificado e qualificante;
- *a esfera social*, que compreende, por um lado, a integração no meio de grupos primários e, por outro lado, a integração na sociedade global através dos elos sociais institucionais e dos direitos sociais enunciados nos documentos que explicitam os grandes consensos sociais.
A esta esfera fizemos corresponder **1)** uma dimensão de análise referente à família e à comunidade que trataremos com maior detalhe através do trabalho de campo, cobrindo assim a componente da esfera social referente aos grupos primários; **2)** as dimensões respeitantes aos *elos sociais institucionais*, em que abordamos as dimensões da justiça, da educação, da saúde e da habitação – todas elas consignadas pelo documento normativo que consubstancia consensualmente na sociedade portuguesa os direitos e deveres dos cidadãos em Portugal, a Constituição da República Portuguesa;
- *a esfera simbólica*, definida, por um lado, por normas e valores comuns e, por outro, por representações colectivas que enunciam/definem os lugares sociais. Relativamente a esta esfera, a estratégia de investigação integrou uma componente relativa às normas e valores, representações e identidades.

Neste sentido, tendo em linha de conta a opção de estratégia analítica acima enunciada, a leitura crítica de bibliografia sobre a problemática da exclusão

³ Para a descrição das esferas de identificação dos fenómenos envolvidos nas noções de exclusão/integração social seguimos de perto os critérios utilizados por Gaujelac e Leonetti (1995).

social, a realização de entrevistas a elementos de comunidades ciganas em Braga, Évora, Lisboa e Porto e a representantes de instituições implicadas na “problema cigano” (ver, em anexo, os respectivos guiões) constituíram, neste projecto, os principais instrumentos da estratégia de investigação definida para aferir as dinâmicas de exclusão social/ integração.

A leitura crítica da bibliografia possibilitou, entre outros aspectos, situar os termos da discussão do conceito de exclusão social e da associação do seu debate aos do conceito de integração social, estabelecer interações analíticas entre conceitos e inserir na problemática global da discussão de exclusão social/inserção social as particularidades de que se reveste este fenómeno social nas minorias em Portugal.

A realização das entrevistas a “representantes” de instituições que trabalham com comunidades ciganas, para além do importante contributo que deram para melhor conhecimento sobre a realidade cigana no terreno, permitiram obter uma aproximação mais “fina” quanto à natureza das políticas públicas de integração dos ciganos na sociedade portuguesa e quanto ao alcance prático da implementação dessas políticas conduzidas por instituições públicas e privadas.

A realização das entrevistas a elementos das comunidades ciganas de Braga, Évora, Lisboa e Porto foi o principal instrumento de observação utilizado na realização deste estudo. As informações obtidas a partir das entrevistas realizadas permitiram, para além da canónica composição dos agregados familiares dos elementos entrevistados, caracterizar a situação dos entrevistados e/ou do seu agregado familiar em termos de emprego e escolaridade e as relações de subsidiariedade/não subsidiariedade que mantêm com instituições que devem promover a melhoria do seu acesso à formação, à habitação e à saúde e aceder às “leituras” que fazem do papel desempenhado por essas instituições. Estas entrevistas permitiram ainda obter informações sobre o entendimento dos entrevistados e seus agregados familiares no que respeita às relações com as polícias e as instâncias judiciais – um relacionamento muito criticado pelos entrevistados e, para muitos, o principal responsável da “má imagem” dos ciganos.

Muito embora o seu pequeno número, as entrevistas realizadas a elementos das comunidades ciganas permitiram, globalmente e *per sí*, ou quando cruzadas com informações recolhidas nas entrevistas realizadas a representantes das

instituições e na bibliografia disponível sobre o problema “cigano”, uma melhor aproximação às representações e às dinâmicas de exclusão social/integração e aos papéis desempenhados pelas instituições encarregues de implementar as políticas públicas de combate à exclusão social nas comunidades ciganas em Portugal ⁴.

Das opções de estratégia e de instrumentos analíticos referidos nos parágrafos anteriores resultou, em termos de organização da escrita, um texto dividido em duas partes não totalmente estanques: numa parte, capítulo II, a par da discussão teórica sobre a exclusão social/integração em contextos sócio-culturais minoritários apresenta-se, no essencial, a informação disponibilizada a partir das entrevistas a representantes das instituições; noutra, capítulo III, apresenta-se e comenta-se a informação obtida a partir das 21 entrevistas feitas a elementos das comunidades ciganas.

4 Dadas as limitações orçamentais do projecto e o prazo contratado para a sua realização com a FCT (12 meses), das 50 entrevistas a elementos das comunidades ciganas de Braga, Évora, Lisboa e Porto inscritas na candidatura submetida à FCT só puderam ser realizadas 21 (5 em Braga, 4 em Évora, 5 em Lisboa e 7 no Porto). Naturalmente, dado o seu pequeno número, o potencial de generalização a partir da análise da informação por elas fornecidas é reduzido. A equipa do projecto teve, desde o início da implementação da investigação, consciência desta limitação.

CAPÍTULO II

Conceitos e Dimensões da Problemática da Exclusão Social/Integração Social nas Comunidades Ciganas

Neste Capítulo, como já anteriormente frisámos, a sistematização de alguns dos contributos teóricos na área da pobreza e da exclusão social, mesmo que não assuma intencionalmente a forma de abordagem exaustiva das problemáticas a ela convencionalmente imputadas, assume um papel central.

Neste sentido, fazendo uma abordagem aos conceitos de pobreza e de exclusão social, seguida da análise de algumas vertentes ligadas ao trabalho e ao emprego, procuramos estabelecer as interações analíticas que resultam do campo de trabalho do próprio projecto e cujos aspectos principais definem as suas linhas de orientação.

Finalmente, depois da análise de alguns mecanismos promotores de exclusão social nas comunidades ciganas, fizemos a articulação destas problemáticas com os mecanismos de inserção social.

Em termos práticos, este capítulo está dividido em dois sub-capítulos: um onde são tratadas as questões que têm a ver com os conceitos (exclusão social, integração social, inserção social, etnicidade, grupos étnicos minoritários, identidade), e outro em que são abordadas, na sua relação com as comunidades ciganas, algumas das dimensões potenciadoras de exclusão social (escola e educação, emprego e formação, habitação, saúde, justiça).

1 - Exclusão Social, Integração e Grupos Étnicos

A emergência do conceito de Exclusão Social

Na medida em que a abordagem ao conceito de exclusão social é dificultada pela difusão que vai tendo nos vários discursos, nomeadamente nos meios políticos e na comunicação social, tornou-se necessário construir uma abordagem que aponte para uma definição mais completa e operacionalizável. Por outro lado, o carácter relativamente recente deste conceito reforça esta necessidade. De facto, muitas vezes o termo “exclusão social” tende a substituir o conceito de pobreza. No entanto, na opinião de autores como Lamarque (1995), estes conceitos não se confundem, sendo que a exclusão é um fenómeno contemporâneo, produto das dificuldades decorrentes do crescimento económico moderno.

Neste sentido e por essa mesma razão, foi necessário construir uma abordagem que resultasse numa definição completa e operacionalizável do conceito de exclusão social e que fosse susceptível de fundamentar o projecto de investigação.

A acepção de exclusão social tem vindo a ser desenvolvida a partir da problemática das desigualdades sociais (ROOM, 1989; ALMEIDA e alli, 1992). Para um melhor enquadramento, importa analisar algumas das características do conceito de exclusão social:

- É multidimensional;
- Tem carácter cumulativo, dinâmico e persistente;
- É um produto da falta de coesão social global;
- Encontra-se sempre associado a um padrão social de referência.

A multidimensionalidade deste conceito decorre do facto de, dentro da exclusão, coexistirem um conjunto de fenómenos sociais distintos e interligados (pobreza, desemprego, marginalização, etc.) que contribuem para a produção do excluído ou de grupos excluídos. As minorias étnicas, por exemplo, são por vezes grupos em situação de exclusão social por força de outros fenómenos (ou conjunto de fenómenos), como é o caso, entre outros, da discriminação racial e da xenofobia. Paralelamente às situações referidas, também desempregados de longa duração ou toxicodependentes, devido a fenómenos sociais distintos, podem ser vítimas de exclusão social.

Por outro lado, a exclusão é caracterizada por processos de reprodução – através da transmissão geracional – e de evolução para novas formas, vincando o seu carácter cumulativo, dinâmico e persistente e constituindo, simultaneamente, causa e consequência de múltiplas rupturas na coesão social, o que implica dualismos e fragmentação social.

Em termos sociológicos, a exclusão resulta de uma falta de coesão social global, não se reduzindo a fenómenos individuais ou a simples agregações de situações, abarcando também, desta forma, situações de risco (LAMARQUE, 1995). Nestes termos, a sociologia contemporânea privilegia a compreensão e não o funcionamento da coesão social, ou seja, atribui prioridade ao estudo da ruptura e não da coesão *per si* (XIBERRAS, 1996).

Se tomarmos a desigualdade como um princípio primário intrínseco a qualquer forma de estruturação social, é legítimo esperar diferentes capacidades de articulação e de acumulação de recursos (materiais e sociais) por parte dos actores pertencentes a uma dada sociedade.

A exclusão surge, neste sentido, com a agudização das desigualdades (e, portanto, é indissociável dos mecanismos de produção destas), resultando numa dialéctica de oposição entre aqueles que efectivamente mobilizam os seus recursos no sentido de uma participação social plena e aqueles que, por falta dos mesmos recursos, se encontram incapacitados para o fazer⁵.

A exclusão é originada por uma desarticulação entre as diferentes partes da sociedade como um todo e os indivíduos, resultando numa não participação num conjunto mínimo de benefícios que definem a qualidade de membro de pleno direito dessa sociedade, facto que, claramente, se opõe ao conceito de integração social (CAPUCHA, 1998).

Cada sociedade incorpora um conjunto de valores e representações, ou seja, um padrão social de referência a que a exclusão social se encontra associada - a exclusão surge quando se verifica uma acentuada privação de determinado tipo de recursos (materiais, escolares, culturais, etc.). Os excluídos são aqueles cidadãos que não participam dos valores e das representações contidas nesse padrão de referência. Os excluídos encontram-se fora dos

⁵ Estes recursos, contudo, ultrapassam a esfera económica e englobam também os que derivam do capital cultural e social dos actores sociais.

universos material e simbólico, sofrendo a acção de uma espiral crescente de rejeição, que culminará na incorporação de um sentimento de auto-exclusão. A nível simbólico, “tende a ser excluído todo aquele que é rejeitado de um certo universo simbólico de representações, de um concreto mundo de trocas e transacções sociais” (FERNANDES, 1995).

Esta dimensão da exclusão assume-se pela transformação da identidade do indivíduo, inevitavelmente marcada por um sentimento de inutilidade, ligado à sua própria incapacidade de superar os obstáculos e os processos que provocam e/ou reafirmam a sua exclusão. Assim, os processos de exclusão irão traduzir a acumulação das deficiências ou insucessos em várias esferas sociais, assumindo igualmente a forma de uma ruptura do laço simbólico.

Desta forma, a configuração da exclusão está estritamente ligada à desintegração de vários factores, a saber:

- *desintegração social* – desintegração assente na quebra de laços de solidariedade e no conseqüente risco de marginalização;
- *desintegração do sistema de actividades económicas* – desintegração associada frequentemente às mutações económicas;
- *desintegração das relações sociais e familiares* – desintegração potenciada pelo surgimento de novos tipos de estruturas familiares mais vulneráveis à exclusão, como é o caso, por exemplo, das famílias monoparentais.

Desintegração social, exclusão e integração

Do que atrás foi dito, conclui-se facilmente que o processo de exclusão pressupõe o de desintegração social e que o conceito de exclusão social está inerentemente associado, por oposição, ao conceito de integração social.

Aliás, a própria noção de integração/reintegração dos grupos excluídos subentende que estes, para serem/voltarem a ser integrados, tenham que necessariamente passar a ter uma participação activa no funcionamento de grupos sociais organizados. Esta é uma condição *sine qua non* para operar a integração.

De facto, o próprio entendimento do conceito de integração social remete para um conjunto de situações estáveis e consolidadas relativamente às

relações sociais, de trabalho e familiares. A sua exequibilidade passa pela interactuação de quatro sistemas:

1. *o sistema político-jurídico* – o sistema que engloba a integração ao nível cívico e político;
2. *o sistema económico* – o sistema que pressupõe a integração sócio-económica;
3. *o sistema comunitário e familiar* – o sistema que pressupõe quer a integração familiar, quer a integração na comunidade mais abrangente;
4. *o sistema de protecção social* – o sistema que, por via dos mecanismos públicos e universais de incentivo à solidariedade social, proporciona a integração social e estimula a inserção social.

A experiência de desintegração social que conduz à exclusão acarreta um conjunto de conseqüências para o indivíduo, que se exprimem pelo afrouxamento do laço tecido com cada um dos sistemas de integração acima referidos.

Desde logo, a exclusão do mercado de trabalho implica a exclusão de um conjunto de comportamentos sócio-económicos (de consumo, nomeadamente), pois os rendimentos escassos não o permitem. Esta exclusão pode conduzir também, num momento imediatamente posterior, ao afastamento de um conjunto de redes de sociabilidades e de relacionamentos, acrescentar novos factores de marginalização e aumentar o ritmo do processo de exclusão social.

No que concerne aos ciganos, a situação é um pouco diferente, nomeadamente no que toca ao mercado de trabalho. Não podemos dizer que haja, no sentido pleno do termo, exclusão no mercado de trabalho. No caso específico destas comunidades, a sua actividade profissional começa desde cedo e normalmente centra-se na venda ambulante. O factor de exclusão prende-se com a precariedade da actividade económica exercida⁶.

Por outro lado, a forma como os indivíduos são distribuídos no território assume também uma importância acentuada, nomeadamente através de intervenções relacionadas com a função habitacional. Esta intervenção pode gerar, não

⁶ Este assunto será posteriormente desenvolvido, nomeadamente neste capítulo, no ponto “Trabalho, emprego e formação”.

raras vezes, processos de segregação espacial e de consequente exclusão dos circuitos “normais” sociais (CASTEL, 1991); a exclusão territorial pode ser um factor decisivo de exclusão social, entendida em sentido mais amplo (BLANQUART, 1997; TEBIB, 1996; VIELLARD-BARON, 1996).

Neste aspecto, assumimos plenamente a argumentação desenvolvida por vários investigadores da área, segundo a qual os processos de localização habitacional, nomeadamente a localização induzida por políticas (públicas) sociais, como é o caso da habitação social, assim como o efeito da localização das habitações sociais nas periferias urbanas (zonas peri-urbanas), concorrem para a promoção da ocupação diferenciada do espaço físico e social e para potencialização de processos de vulnerabilização e de exclusão social – numa lógica de territorialização dos processos de exclusão e dos modos de vida e práticas simbólicas dos grupos vulneráveis ou excluídos.

De facto, muitos dos fenómenos de exclusão social ocorrem em contextos espaciais específicos, já caracterizados por um conjunto de *handicaps* significativos (“guetização”, ausência de equipamentos, fealdade, insalubridade), que desvalorizam o próprio contexto de vida do indivíduo. Estes processos, normalmente ligados às periferias pobres ou a contextos espaciais específicos (bairros degradados, bairros de barracas, *ilhas*) correspondem a formas de “relegação” (DELARUE, 1991), ou seja, a mecanismos de exclusão espacial ou territorial associados a outros factores de exclusão social.

Assim, para compreender as formas de entrada e de manutenção nos mecanismos de exclusão social importa também tomar as características, os processos e os modos de vida próprios de exclusão social em contexto urbano (BOURDIEU, 1993; FERNANDES, 1995) como forma específica de marginalização, dotada, do ponto de vista sociológico, de autonomia.

Habitar em bairros degradados - bairros caracterizados pela degradação e sobrelotação das habitações, pela degradação dos espaços exteriores, pela insuficiência ou inexistência de equipamentos sociais básicos, bem como pela concentração de problemas sociais como o desemprego, o analfabetismo, o insucesso e o abandono escolar por parte dos mais jovens, pela prostituição, toxicodependência (ALMEIDA e alli, 1992) é, sem dúvida, um factor que potencializa a exclusão social dos residentes. Os excluídos não são apenas rejeitados fisicamente (racismo) e materialmente (pobreza), como também são esconrados geograficamente para [autênticos] guetos (XIBERRAS, 1995).

Esta tripla rejeição, que é, por exemplo, trivial em relação aos ciganos, indica claramente que, nas sociedades modernas ocidentais, pobreza e exclusão se reforçam mutuamente. A exclusão do mercado de trabalho gera pobreza e esta impede o acesso a bens e serviços socialmente relevantes (educação, habitação, saúde, lazer). Um excluído será aquele que não consegue configurar uma identidade (social) no trabalho, na comunidade e, em muitos casos, na família. Torna-se um excluído das relações sociais e do mundo das representações a elas associadas. “ (...) os excluídos não constituem uma ordem, uma classe ou um corpo. Eles indicam, antes, uma falta, uma falha do tecido social” (ROSANVALLON, 1995: 204).

O conceito de exclusão social enquadra pois algumas das dimensões retratadas pela evolução do entendimento da noção de pobre e de pobreza. A pobreza, contudo, não resulta da exclusão social nem é “a” exclusão social. A exclusão social abrange, para além das situações decorrentes da falta de recursos económicos (entendimento canónico de pobreza), situações de privação de recursos não-materiais; a pobreza é um elemento mais de exclusão social do que o resultado desta. A ausência ou escassez de recursos económicos, sociais, políticos, culturais e simbólicos é enquadrada teoricamente, pela sociologia e por outras ciências sociais, pelo conceito de exclusão social.

Aliás, os conceitos de pobreza e de exclusão, em vários aspectos, divergem entre si. Uma das principais diferenças reporta-se às modalidades de identificação.

De facto, se é possível, tendo por referência um *standard* mínimo em termos de rendimentos e nível de vida, identificar as situações de pobreza, o mesmo tipo expedito de identificação não pode ser feito em relação à exclusão social.

A exclusão social não é, como a pobreza, uma situação, mas sim um processo; a exclusão social é um processo complexo em que as causas e as consequências se entrelaçam e não é passível de ser redutível a situações de carência/escassez de recursos patrimoniais individuais ou globais.

A pobreza é sobretudo um processo estático (um “estado”); a exclusão é um processo dinâmico associado a trajectórias de marginalização, isto é, a exclusão social é um processo em que a acumulação de sucessivos

handicaps (rupturas familiares, carências habitacionais, isolamento social, carências económicas) conduz indivíduos e/ou famílias à marginalização social e à exclusão. (LEMARQUE, 1995).

Finalmente, a exclusão social não é, nas sociedades desenvolvidas, um fenómeno mais ou menos pontual ou marginal: recobre um número muito diversificado de situações de precariedade, de risco e de fractura do tecido social e afecta indivíduos/famílias provenientes de um leque cada vez mais largo de grupos sociais.

Integração e Inserção Social

A integração social pressupõe a participação e a partilha, entre outros, dos mecanismos de poder. Assim, os excluídos ou grupos empobrecidos devem ter necessariamente uma participação activa no funcionamento de grupos sociais organizados. Esta é uma condição básica para se operar a integração ⁷.

Desta forma, a integração remete para um conjunto de situações estáveis e consolidadas ao nível das relações de trabalho, familiares e sociais que dependem, como em outro ponto referimos, da efectiva interacção de quatro sistemas - sistema político-jurídico, sistema económico, sistema de protecção social e sistema comunitário e familiar.

Assim, do ponto de vista sociológico, importará compreender os processos de exclusão social, assim como o funcionamento da sociedade que se torna incapaz de integrar alguns (cada vez mais) dos seus elementos.

A problemática da exclusão aprofunda, desta forma, a problemática da inserção social e dos seus mecanismos de resposta aos processos de exclusão social.

Neste sentido, o conceito de inserção social, como o de integração social, está associado, por oposição, ao conceito de exclusão social. Trata-se de uma evidência consensual, mais que não seja pelo facto das “instâncias” onde

⁷ A integração social implica a auto-suficiência de recursos e a mudança de atitudes não só nos grupos excluídos, como também na população que os vai integrar. O processo de integração deve, por isso, contemplar as implicações e dimensões subjectivas de uns e outros grupos derivadas, por exemplo, das aspirações, das crenças e dos valores.

ocorrem os processos de exclusão social e de inserção social serem, embora com resultados diametralmente opostos, nominalmente as mesmas: as ditas instâncias político-jurídica, económica, comunitária, familiar, simbólica, etc..

A discussão sobre políticas sociais e protecção social deverá, assim, pressupor uma outra em torno da inserção social, uma vez que aquelas, em última instância, visam promovê-la. Torna-se pois pertinente levar a cabo uma reflexão que vise o conceito de inserção social, antes mesmo de procedermos à análise das políticas sociais que estão na base do sistema de protecção social ⁸.

De facto, o conceito de inserção social remete para o «duplo movimento que leva, por um lado, as pessoas, famílias e grupos em situação de exclusão social e de pobreza a iniciar processos que lhes permitam o acesso aos direitos de cidadania e de participação social e, por outro lado, as instituições a oferecerem a essas pessoas, famílias e grupos, reais oportunidades de iniciar esses processos, disponibilizando-lhes os meios, dando-lhes apoio» (CAPUCHA, 1998).

A inserção social poderá passar pelo recurso regular ou esporádico aos serviços de acção social. No entanto, nesta situação pode existir o efeito perverso de se estabelecer uma situação de dependência, ou seja, de inferioridade social e de uma reduzida auto-estima. As populações ajudadas ou assistidas negoceiam a inferioridade do seu estatuto social. Isto significa que os assistidos não são meras vítimas manipuladas por um “sistema”, são antes actores sociais que dispõem de um espaço de manobra e de negociação ⁹.

A protecção social, entendida como sistema, tem como objectivo diminuir os efeitos mais graves das desigualdades sociais e deve privilegiar a concretização de acções de apoio e inserção que assentem em políticas que restituam, em última instância, os direitos e capacidades para o exercício da cidadania.

⁸ Os processos de inserção social, por definição, devem não só ser accionados em vários momentos da vida dos indivíduos e/ou dos ciclos familiares, como devem incidir em medidas tão diversas como a promoção da interacção social e familiar, do acesso a instituições, da escolarização, da qualificação, do acesso ao emprego ou à participação cívica

⁹ A afirmação contida neste período não tem intenções valorativas e nada tem a ver com considerações de carácter político-ideológico que frequentemente inquinam o debate acerca destas relações.

Etnicidade, Grupos Minoritários e Identidade

Para um melhor enquadramento das especificidades inerentes às comunidades ciganas, importa sistematizar algumas ideias sobre questões genéricas que se prendem com os conceitos de etnicidade e de grupos étnicos minoritários e de identidade.

A partilha de uma tradição cultural é comumente aceite como um dos elementos incontornáveis na construção da definição de etnia. A unidade de um grupo étnico prende-se a factores como a língua, o território, a religião, a tradição, sendo a consciência colectiva o factor fundamental que assegura a coesão do grupo.

O conceito de “minoría” designa um grupo de indivíduos que diferem do grupo maioritário em factores como a raça, a religião, a língua, a nacionalidade (REX, 1998). O grupo só é considerado como minoria se tomar consciência de si próprio enquanto portador de diferenças relativamente a outros grupos. Neste sentido, quanto maiores forem os contrastes entre, por exemplo, as minorias étnicas ciganas e a sociedade em geral, mais se acentuam situações de exclusão, pobreza e marginalização.

Importa, todavia, referir que a etnia cigana é um grupo social e culturalmente múltiplo e dinâmico no interior da sua própria comunidade. Apesar de revelarem semelhanças ao nível da estrutura e organização social, as comunidades ciganas diferem entre si consoante a sua situação socio-económica. As diferenças verificam-se, por exemplo, quando comparamos as comunidades ciganas nómadas com as que vivem em barracas, ou com as que vivem em bairros sociais.

Neste aspecto, podemos considerar a etnia cigana como um grupo composto por diversas comunidades. “Os ciganos (...) formam no mundo um mosaico de grupos diversificados, o que nos leva a formular duas considerações essenciais. A primeira é que um mosaico constitui um conjunto cujos elementos, em certos aspectos, estão interligados, contribuindo essas ligações para a organizar e estruturar, mesmo se a estrutura não for rígida, como neste caso, mas mutável. A segunda é que cada elemento do conjunto possui características próprias que o fazem aparecer, isoladamente, como diferente de cada um dos outros elementos do mosaico” (LIÉGEOIS, 1989:46).

Os ciganos são, portanto, considerados como grupo étnico, uma vez que é um grupo com uma história e uma cultura comuns, bem como com uma ancestralidade biológica e linguística comum. É a partilha de valores, a língua, os modos de vida, os recursos e potencialidades desta etnia que os dota de uma identidade e de uma cultura própria.

Neste sentido, o conceito de identidade surge também neste trabalho como central. A identidade, no caso cigano, constrói-se num contexto de interacção, na relação entre o eu e o outro, na semelhança e na diferença e determina o lugar que os indivíduos (ciganos) ocupam na sociedade. Isto é, dado que os grupos diferem uns dos outros para conservar a sua cultura e identidade, a identidade constrói-se, fundamentalmente, na diferença.

De facto, “é no processo de comparação social que os indivíduos detectam semelhanças entre os membros do seu grupo (*ingroup*) e diferenças entre o seu grupo e os outros grupos (*outgroup*). O indivíduo, ao identificar-se com o grupo, identifica-se com os atributos que ele próprio lhe atribui, assim como se dissocia das características que imputa ao outro grupo” (SAINT-MAURICE, 1997:20).

A identidade de uma comunidade constrói-se a partir dos seus conhecimentos, crenças religiosas, costumes e das capacidades e hábitos que ela adquire na sociedade. Ou seja, a identidade de uma comunidade é produto da sua cultura¹⁰.

A identidade cultural dos ciganos fundamenta-se numa organização social, com base na família alargada e nas relações de parentesco tecidas entre as várias famílias, em que mulher, homem, criança do sexo feminino e criança do sexo masculino cumprem papéis sociais distintos.

Contudo, esta forma de organização social característica das comunidades ciganas não impõe nem a homogeneidade de relacionamento no seu interior,

¹⁰ A identidade é, em certo sentido, marcada por fronteiras étnicas que têm dois lados e dois tipos de significado: um, estrutural e organizacional; outro, subjectivo, inerente à experiência dos indivíduos e dos grupos. As diferenças entre os grupos só se tornam étnicas quando os participantes de pelo menos um dos lados da fronteira empolam a diferença para se identificarem como grupo.

nem um mesmo tipo ou intensidade de intercâmbios económicos, sociais e culturais com o exterior ¹¹.

Nas comunidades ciganas, como em qualquer outra comunidade, no plano dos relacionamentos a pluralidade de pertenças e referências impõe-se à linearidade.

Daí que, por exemplo no plano da identidade cultural, os jovens ciganos combinem dimensões que remetem para uma herança cultural transmitida pela sua família com dimensões relacionadas com o seu trajecto específico, numa sociedade com costumes diferentes dos da sua comunidade.

Todavia, apesar da maior permeabilidade das camadas mais jovens a *inputs* culturais exteriores, as relações entre as comunidades ciganas e a sociedade em geral são fracas e mal articuladas, o que, ao provocar o fechamento das comunidades, contribui para a continuação da exclusão e da marginalidade a que a larga maioria dos ciganos está votada.

“O desmoronamento das actividades tradicionais dos ciganos – a crise no comércio ambulante, a extinção das actividades agrícolas e artesanais ou ainda a criação de cavalos – e a dificuldade em encontrar novas áreas profissionais vieram reforçar a sua situação de extrema precariedade. Falamos de uma comunidade maioritariamente jovem, com carências em termos de assistência médica, de habitação, com níveis de escolaridade muito baixos ou inexistentes – o Relatório da Comissão Europeia Contra o Racismo e a Intolerância refere que 60% dos menores de 14 anos não frequentam escolas (...) Estamos perante o cruzamento de diferenças étnicas e culturais com situações de exclusão social e pobreza, o que exige uma actuação concertada, designadamente nas áreas da educação, emprego, formação profissional, habitação e Segurança Social, de modo a romper o ciclo vicioso da pobreza” (VASCONCELOS, 1999:7).

¹¹ A construção social das identidades é um processo eminentemente relacional, em que predomina a sobreposição de pertenças e referências diversas (F. MACHADO, 1994).

2 - Dimensões de exclusão social

Escola e Educação

A escola é uma das áreas em que os confrontos entre culturas e valores minoritários e majoritários são mais evidentes, designadamente porque ela se propõe a uma missão socializadora que não é, de modo nenhum, neutra nem sequer flexível. Herdeira de um modelo de funcionamento criado justamente para uniformizar as culturas plurais no interior do Estado-Nação, a escola é uma das áreas sobre as quais mais cedo os cientistas sociais interessados nos grupos étnicos minoritários começam a interrogar-se, questionando modelos de integração propostos aos imigrantes, modalidades de socialização veiculadas pela escola ou dirigindo a sua análise para as relações (frequentemente conflituosas) que professores, pais, crianças e comunidades de proveniência e comunidades majoritárias estabelecem em torno dessa função socializadora.

No caso das comunidades ciganas, não se trata somente de questionar a relação entre elas e a escola, mas também de aprofundar as questões que se prendem com o acesso à escola. É conhecida a divisão familiar de tarefas que atribui desde muito cedo uma função às crianças e adolescentes, afastando sobretudo as raparigas, que são incumbidas da guarda dos seus irmãos mais novos, ao mesmo tempo que ficam preservadas de encontros amorosos e da eventualidade de relações de natureza sexual com não ciganos.

Por outro lado, no caso de comunidades itinerantes, torna-se difícil a prossecução dos estudos dada a divergência entre os calendários escolares e aqueles que regem a permanência dessas comunidades no mesmo local. A escola, como instituição de socialização, é uma das dimensões a ter em conta no combate à exclusão social. A escolarização é, como sabemos, um factor de integração social, até porque está intrinsecamente ligada ao futuro profissional.

Neste sentido, para melhor entendermos a relação dos ciganos com a escola, tornou-se imprescindível abordar as funções sociais da escola que presidem à sua organização global (função de qualificação, função de socialização, função de custódia da infância e da juventude).

Funções Sociais da Escola: Qualificação, Sociabilização

Embora muitos saberes e competências se adquiram fora da escola, é indubitável que a formação e a preparação para o trabalho é uma das incumbências da mesma.

Todavia, como a grande maioria dos ciganos, de acordo com a sua tradição, procura exercer a sua actividade profissional na venda ambulante, frequentar a escola é frequentemente visto pelas comunidades ciganas como uma perda de tempo (na escola não se aprende a “negociar”!).

Neste sentido, os factores associados à mobilidade/trabalho/acompanhamento dos pais constituem sérios impedimentos à frequência e à assiduidade escolar.

Em primeiro lugar porque a mobilidade, ao constituir um factor que assegura o sustento da família e ao implicar a deslocação por temporadas ou quase diária aos mercados, interfere na assiduidade escolar.

Em segundo lugar, por razões de ordem cultural, que levam as famílias ciganas “a concentrar grande atenção nas crianças em contexto familiar, com grandes doses de afecto e compreensão, não restando outra solução senão a das crianças partirem com as famílias ou de se deslocarem diariamente com elas. A separação da comunidade (...) pelos laços que aí se constroem, até mesmo nas situações de doença extrema, tem de ser plenamente justificada” (AMIGUINHO, 1999:48).

Em terceiro lugar, porque o facto dos ciganos manterem permanentemente as crianças no seio da família com o objectivo de garantir a continuidade no processo privilegiado de educação e socialização familiares, permitindo a apropriação das regras de convivência familiar e dos valores comunitários, constitui também um factor de constrangimento no que diz respeito à assiduidade escolar¹². “A participação nos trabalhos e em todos os processos a eles inerentes, sem roubar espaço às actividades lúdicas, é incentivada, numa atitude que é claramente a de valorizar uma aprendizagem pela experiência

¹² Este processo permite iniciar as crianças no relacionamento com o exterior, cujo controlo é detido exclusivamente pela família, o que é quebrado quando as crianças vão à escola.

de situações, conjugando a via material e a via simbólica, diferentemente do que ocorre nos processos de formação escolar” (AMIGUINHO, 1999:49).

Finalmente, porque para os ciganos, dada a índole das suas actividades profissionais (essencialmente mercantis ou ligada a tarefas desqualificadas), é mais importante desenvolver habilidades específicas do que obter conhecimentos abstractos¹³.

Por outro lado ainda, mesmo quando reconhecem utilidade à escola e aos seus saberes, os ciganos desvalorizam as provas de avaliação e, por extensão, a obtenção de diplomas. A obtenção de qualificações escolares surge associada a projecções sociais de mobilidade individual, o que, por sua vez, não faz sentido para os ciganos que vivem intensamente em comunidade, em grupo e é exactamente a mobilidade grupal que valorizam (ENGUITA, 1996).

Num outro plano de funções, a escola é também uma instituição de socialização e tem, como é sabido, particular relevo nas políticas de combate à exclusão social.

Todavia, para os ciganos, devido às tradições culturais e modos de vida específicos atrás referidos, a escola, enquanto instituição de socialização, não se enquadra nos seus entendimentos e expectativas de socialização das crianças.

De facto, a escola não utiliza no processo de sociabilização nenhum dos instrumentos simbólicos considerados pelos ciganos como efectivos instrumentos de socialização. A língua, a história ou os símbolos nacionais, instrumentos recorrentes de socialização na escola e elementos centrais da formação da identidade, não são na realidade componentes da identidade cigana. Como questiona Enguita (1999), que sentido fará para os ciganos a socialização [feita a escola] para a participação no sistema político que historicamente os hostilizou e os manteve sob suspeita permanente?

¹³ Com excepção dos conteúdos ligados ao sentido mercantil da vida ou dos que encontram algum paralelo com a socialização familiar, a maioria dos conteúdos curriculares apresenta para as crianças ciganas um grau de abstracção ainda maior do que para a generalidade das crianças que frequentam a escola. O aproveitamento escolar em aritmética é, contudo, suficiente ou bom (LIÉGEOIS, 1994:52).

Funções Sociais da Escola: Custódia da Infância e da Juventude

Os ciganos têm tradições próprias no que diz respeito à custódia dos seus filhos e, neste caso, a escola não tem, de todo, esta função. No caso das raparigas, os pais educam as filhas no sentido destas cuidarem dos irmãos mais novos, o que representa uma iniciação culturalmente valorizada ao papel da mulher, de acordo com as funções que a tradição lhes reserva dentro do casamento. Para além desta incumbência, acresce-se o facto de, por razões de índole cultural, as raparigas serem afastadas dos olhares exteriores à etnia cigana. Estes dois factores são, por exemplo, os principais responsáveis pela desigualdade entre os sexos nos indicadores sobre a escolarização das crianças ciganas.

Na realidade, para preservar a cultura e a tradição, os ciganos preferem que os seus filhos fiquem sob a custódia das famílias – fiéis depositárias dos valores da sua cultura e do estilo de vida - e não sob a de pessoas ou entidades estranhas à comunidade, como é o caso da escola.

A estes factores limitativos da frequência escolar por parte das crianças ciganas adicionam-se ainda outros, nomeadamente os que têm a ver com a sujeição a ritmos, horários, posturas e à autoridade detida pelo professor. Estes factores, de múltiplas perspectivas, não coincidem com as disposições culturais dos ciganos.

Por exemplo, relativamente à autoridade que determina a interacção e os modos de sociabilidade na sala de aula, verifica-se que esta não é exercida pelos familiares (que os ciganos respeitam), mas sim, obviamente, pelo professor. Acresce ainda o facto de que, se a autoridade na sala de aula for exercida por uma professora, esta relação de poder contraria a relação de poder que os rapazes, desde cedo, exercem sobre as suas irmãs e que os pais exercem sobre as mães.

Por outro lado, o nível de aceitação da coacção social que a escola exerce sobre as famílias é bastante inferior nas famílias ciganas do que nas não ciganas. Enquanto que, para a maioria das famílias não ciganas, a coacção social é uma disposição que se inscreve nas expectativas e trajectórias profissionais e sociais projectadas, para as famílias ciganas ela é vista como uma (vexante) exorbitância de poder por parte da escola (e das “autoridades”). As perspectivas profissionais e sociais dos ciganos não passam por

trajectórias que incluem a escola e os seus mecanismos de coacção e controle; circunscrevem-se às ditadas pela sua tradição e pelo seu modo de vida.

Outra dimensão da exclusão social prende-se com o emprego e a formação profissional. Pretendemos, nesta fase, debruçar-nos sobre esta dimensão, bem como relacioná-la com as especificidades inerentes à cultura cigana.

Trabalho, Emprego e Formação

Analisar a situação dos ciganos em Portugal sob o prisma das noções de exclusão e integração social torna fundamental a abordagem da questão do emprego e da formação profissional, entendida esta última como recurso reconhecido para a entrada nos mercados de trabalho.

A situação dos ciganos, analisada na perspectiva da exclusão social, levanta ainda um certo número de questões a “montante”: a questão do emprego e da formação profissional. Levanta, por exemplo, questões relativas às dificuldades que o conceito de exclusão social enfrenta na reflexão sobre a condição das comunidades ciganas em Portugal e sobre as problemáticas específicas que se colocam no processo de acesso à cidadania por parte dos membros das comunidades ciganas.

De facto, a forma como a noção de exclusão social foi equacionada e desenvolvida pela sociologia está intrinsecamente ligada à questão do emprego, que é, no seu sentido próprio, uma categoria “ausente” dos modos de vida da larga maioria dos ciganos. Na realidade, o conceito de exclusão social surge com a constatação do fracasso do modelo societal, assente na confluência entre desenvolvimento económico, pleno emprego e consolidação do Estado-Providência que marcou as sociedades europeias, bem como com a identificação de um conjunto de rupturas na sociedade dita salarial – uma sociedade donde, por regra, os ciganos estiveram afastados ¹⁴.

Neste modelo, é em torno do emprego que se organiza não só o acesso aos recursos materiais, sob a forma de rendimento, como também ao conjunto de direitos ligados à protecção social, às condições de trabalho e descanso e às subjacentes dimensões simbólicas e relacionais como as de utilidade social,

¹⁴ A expressão sociedade salarial é utilizada neste texto como expressão indicativa de uma situação e não como conceito científico elaborado.

de sociabilidade individual e de identidade social. Só assim se compreende a importância que a exclusão do mercado de trabalho tem como “detonadora” de toda uma série de outras rupturas e outras exclusões neste modelo (CASTEL,1998; GAUJELAC e LEONETTI, 1994; PAUGAM, 1996).

A imperfeição do modelo tem consequências ao nível do funcionamento do sistema e das suas instituições, que evidenciam alguma ineficácia quer do ponto de vista da protecção em situação de desemprego, quer na perspectiva da aplicação de mecanismos correctores numa óptica de inserção social. Falamos não só da insuficiência da concretização das políticas de integração ¹⁵ do Estado Social e das prestações sociais em situações de fragilidade social, mas sobretudo das dificuldades que as instituições (públicas e privadas) têm em dar respostas de inserção ao público em situação de desvantagem ¹⁶.

Alguns dos efeitos do insuficiente desenvolvimento deste modelo são o recurso, por parte de camadas importantes da população, a actividades exercidas a tempo parcial e, muitas vezes, paralelamente ao mercado formal de emprego, que complementam pensões, ou à prática de actividades económicas mal remuneradas ¹⁷.

A “incompletude” de um projecto de sociedade que, em parte dos países europeus, serviu de enquadramento à criação do Estado-Providência, é

¹⁵ Robert Castel, diferencia as políticas de integração das políticas de inserção. As primeiras consistiriam na “busca de grandes equilíbrios pela homogeneização da sociedade a partir do centro (...) desenvolvidas através de directrizes gerais num quadro nacional [como as] tentativas para promover o acesso de todos aos serviços públicos e à instrução (...) o desenvolvimento das protecções e a consolidação da condição salarial”. [As segundas, emergentes no início dos anos 80] “obedecem a uma lógica de discriminação positiva, intervindo junto de grupos populacionais bem delimitados, sustentadas já não num modelo assistencial, mas numa abordagem que supunha um Estado animador que supõe uma reorganização da forma de actuação pública tradicional (CASTEL, 1998: 546).

¹⁶ Existe um efeito paradoxal no aparelho normativo e legislativo português na área do emprego e da empregabilidade, que consiste na coexistência de uma abundância legislativa e da multiplicação de medidas, com a ineficácia da sua implementação. Tal ineficácia decorre quer da inadequação da operacionalização de tais medidas e políticas, quer do desconhecimento que os próprios técnicos que trabalham nesta área têm relativamente à sua existência, tão grande é o seu número e deficiente a sua divulgação.

¹⁷ Embora bem menos correntes, encontram-se também casos de recurso às actividades na chamada economia da delinquência, nomeadamente por parte de sectores de grupos étnicos e de outros grupos “guetizados” (MENDES,1998: 208).

ainda bem patente se considerarmos as áreas de que depende a criação de condições para aceder ao mercado de emprego, como é o caso da educação e do sistema de formação. Os baixos níveis de escolarização e de qualificação profissional do nosso país são também a marca de um projecto de sociedade que está bem longe de corresponder ao modelo conseguido por esses mesmos países. Desta forma, um número importante de portugueses estão desde logo impossibilitados de aceder às oportunidades de emprego nos sectores mais bem remunerados, mais estáveis e mais beneficiados no que diz respeito aos mecanismos de protecção social ¹⁸.

Os desafios que se colocam à utilização da noção de exclusão social e as perspectivas teóricas que lhe estão subjacentes para reflectir sobre a situação dos ciganos em Portugal situam-se a dois níveis.

Por um lado, a análise da exclusão social em Portugal terá que ter sempre em linha de conta a “natureza imperfeita” da realização do Estado-Providência no nosso país e, de uma maneira geral, a matriz de uma sociedade salarial, o que coloca logo à partida questões relativamente à tentativa de abordar as fragilidades de um modelo quando tal modelo nem sequer foi totalmente desenvolvido. Por outro lado, deve supor que nem sempre a perspectiva de integração ou de inclusão coincide com as expectativas e projectos dos visados, nomeadamente nos casos em que os destinatários são ciganos.

Um segundo foco de questões que se coloca na análise da situação dos ciganos, do ponto de vista da noção de exclusão social, reside na dificuldade adicional de pensarmos em emprego ou protecção social para indivíduos que sustentam a sua identidade pessoal e social em bases bem distintas das do cidadão das sociedades onde vigora o modelo da sociedade salarial. O acesso ao rendimento por parte dos ciganos não passa pelas formas institucionais por que se pauta o emprego no modelo de sociedade salarial; a supressão das necessidades da protecção social faz-se autonomamente ao Estado, preferencialmente na família.

Não se trata apenas da manifestação de “culturas de pobreza” implicando um conjunto de disposições subjectivas que constituem obstáculo ao acesso às

¹⁸ Considerar a fragilidade da posição social dos trabalhadores de baixos salários ou a condição dos pensionistas, verificar as debilidades dos sistemas e das instituições portuguesas e da sua relação com os cidadãos constitui forte ilustração da insuficiência na concretização de um Estado Providência.

oportunidades (por distância face à informação, por incapacidade de formular projectos de transformação do próprio destino, por inadequação da vivência e gestão do tempo e dos recursos, por baixa auto-estima, por ausência de hábitos de trabalho regular, etc.). Mais do que factores de exclusão resultantes de um *deficit* ao nível dos requisitos para aceder às oportunidades que a sociedade oferece, trata-se de formas de organização interna dos grupos sociais, “modos de vida” alternativos aos propostos pelo padrão vigente nas sociedades modernas ocidentais (CAPUCHA, 1998).

De facto, embora os ciganos apresentem muitas vezes tais *handicaps*, possuem, como têm salientado alguns autores (cf. PINTO, 2000), um tipo de organização interna que responde a necessidades de acesso ao rendimento e de protecção social dos seus membros, baseada em formas de racionalidade e de construção da identidade pessoal diferenciadas daquelas que propõem as sociedades organizadas em torno do modelo de Estado-Providência.

Não se trata, pois, de caracterizar apenas as “ausências” que a socialização das comunidades ciganas apresentam por relação ao que seria um modelo de socialização adequado à detenção de “requisitos para aceder a um emprego”, mas de equacionar respostas específicas e diferenciadas dos modelos organizativos ciganos e os quadros mentais correspondentes.

É, assim, bem diversa a relação com o trabalho do ponto de vista da construção da identidade social e pessoal entre ciganos e não ciganos. No caso dos ciganos existe uma efectiva secundarização do trabalho como factor de identidade e de prioridade na escala de valores ¹⁹.

¹⁹ Se para Liégeois “o trabalho é concebido como uma necessidade, não um fim, e deve deixar o homem livre para se ocupar das questões sociais (reuniões, visitas de famílias, recepções, visitas a doentes, etc.) e para desenvolver as suas relações (...) um dos elementos mais marcantes que constitui a identidade do cigano e itinerante e é suporte da conservação da identidade” (LIÉGEOIS, 1989:72), para Manuela Mendes (1998) a questão é formulada de forma distinta, “para além das motivações económicas (enquanto actividade cujo rendimento tem valor de troca no mercado), descortinam-se razões de ordem social (factor de reconhecimento e de identidade no seu grupo). O trabalho não é um valor ou um aspecto da vida em que se pode obter realização pessoal, mas uma condição indispensável à sobrevivência quotidiana”. Digamos que, se um autor aponta para o valor meramente instrumental que o trabalho tem para os ciganos, o outro reconhece algum peso do trabalho na atribuição de reconhecimento pela comunidade. Há, contudo, nas duas formulações uma comum secundarização do trabalho como factor de construção da identidade e de prioridade na escala de valores.

De facto, o acesso aos recursos económicos está, nas comunidades ciganas, tradicionalmente estruturado em torno de “laços” distintos dos que são criados pelo Estado-Providência. A família constitui uma unidade de cooperação, em que colaboram todos os membros, cabendo ao pai o papel redistributivo dos rendimentos em função das necessidades ²⁰. Nas comunidades ciganas, como em outros casos de centralidade da unidade familiar, a família é o centro de tomada de decisões, gestão de recursos e de divisão de funções, numa lógica de “submersão do económico no social” (PINTO, 2000: 52).

Finalmente, há ainda que referir a inadequação do modelo da “sociedade salarial” e da exclusão social como “câmara” das oportunidades que a sociedade oferece através do modelo salarial aos ciganos. Uma tradição de trabalho independente e de itinerância estruturou, nas disposições culturais dos ciganos, um padrão de actividades económicas que tradicionalmente exclui o estabelecimento de vínculos contratuais, mas gerando em contraposição competências de adaptabilidade, versatilidade e “empreendedorialidade” que lhes permitem encontrar soluções mais ou menos eficazes para a obtenção de rendimentos.

De facto, é relativamente consensual o reconhecimento de que a venda e o comércio, de forma geral, estão relacionados com a possibilidade de um estilo de vida autónomo e itinerante, independentemente de a sua adopção se dever a constrangimentos históricos ou a qualquer “desejo” intrínseco de liberdade ²¹. Bernard Formoso (1987) refere-se a *habitus* próprio ao grupo cigano enquanto sistema de disposições incorporadas, duráveis e transponíveis, capaz de orientar de uma maneira geral as escolhas dos indivíduos para situações objectivas que asseguram a sua reprodução. Isto é, os diferentes constrangimentos garantem a persistência de tais disposições entre os membros do grupo nas suas práticas, num processo que passa

²⁰ O conceito de trabalho socialmente construído deriva e é fortemente determinado pelas características da sua própria organização social, que se fundam na família “extensa” (MENDES, 1998:131-132).

²¹ Os trabalhos sobre ciganos têm vindo a ser marcados por uma importante componente mistificadora que, ao denunciar o estereótipo negativo generalizado, constrói um discurso apologetico em torno de um sentido de liberdade, de uma disposição festiva que acaba por obscurecer mais do que esclarecer o conhecimento sobre os ciganos. Vide, por exemplo, as justificações do tipo “resistência à proletarização e à alienação da liberdade” para justificarem a versatilidade de actividades e a itinerância dos ciganos (cf, por exemplo, OKEY, 1983). Este tipo de discurso acaba por não fazer mais que reproduzir a própria cosmogonia que Luc de Heush (1965) encontrou na sua pesquisa sobre os ciganos nos anos 60.

de geração em geração (BOURDIEU, 1979). Segundo o autor, as práticas quotidianas e as suas opções têm por base um *habitus* de grupo étnico que estrutura o modo de vida itinerante de grande parte dos ciganos.

Pierre Liégeois (1989) lembra ainda que nem sempre esse *habitus* se expressa numa base material: constitui um estado psicológico, que tem igualmente um papel económico e social.

À itinerância, para este autor, estaria ainda associado um conjunto de valores que prefiguraria uma espécie de “código de honra”, que valoriza o trabalho por conta própria, a autonomia, a manutenção da independência económica. “Se é uma honra ser associado, seria uma vergonha ser empregado e não existem relações salariais (excepto casos novos e raríssimos) entre ciganos” (LIÉGEOIS, 1989:11).

A intrincada relação entre economia e organização social na comunidade e em especial na família, os mecanismos de solidariedade familiar e a capacidade de adaptação do ponto de vista das actividades económicas transformam, no caso dos ciganos, não só a relação objectiva, mas também a relação subjectiva que os indivíduos estabelecem com o emprego e, conseqüentemente, com a vulnerabilidade ao desemprego, entendida como exclusão do mercado formal de emprego.

Se considerarmos a noção de exclusão social como identificadora de uma crise nos laços sociais, teremos com certeza alguma dificuldade em aplicá-la às comunidades ciganas se referenciados tais laços aos elos horizontais, isto é, às solidariedades informais a que se refere, através da noção de *desaffiliation*, Robert Castel (1991).

Do mesmo modo, não parece fazer muito sentido referenciar o processo de desinserção tomado como processo de passagem de uma identidade positiva a uma identidade negativa, provocada por uma ruptura ao nível da relação salarial (GAUJELAC e LEONETTI, 1995) ²².

²² De notar que os processos de desintegração/desinserção, tais como são descritos por Gaujelac e Taboada Leonetti (1995), podem ser originados não só por rupturas da relação salarial, como também por outro tipo de rupturas (abandono, divórcio, etc.).

Habitação e Condições de Habitação

Não raras vezes se “comenta” entre os membros das comunidades ciganas que a família se reveste de um carácter muito importante, porque substitui “o território” e a “nação” que os ciganos não possuem, ou pelo menos, da qual não se sentem “filhos”.

Embora esta postura seja, com o argumento de que a maioria dos ciganos adquire a nacionalidade do país em que vive permanente ou habitualmente, contestada por alguns autores, este sentimento de não pertença à “nação” entende-se facilmente logo nos primeiros contactos com comunidades ciganas. Por um lado, os ciganos não são desejados na maior parte das localidades onde se instalam; por outro (factor indissociável do primeiro), a sua tradição nómada (hoje discutível), para além de ter ajudado à criação de diversos estereótipos, impôs por força das circunstâncias a ausência de laços com as regiões por onde passam/passavam.

Todavia, actualmente apenas uma minoria da população cigana permanece nómada ²³. Na sua grande maioria, a população cigana, se não está já completamente sedentária (a título de exemplo, nenhuma das famílias entrevistadas durante este projecto é nómada), está numa situação que se pode denominar de “semi-itinerante” (CASTRO, 1995).

Esta alteração de modo e forma de residência dos ciganos impõe naturalmente novas posturas face ao problema da habitação, como é, aliás, salientado por exemplo na descrição do processo de realojamento de população cigana no Bairro da Malgueira, em Évora. “ (...) os ciganos que foram realojados no bairro da Malagueira parecem aspirar a outras formas de relacionamento social. A sua capacidade de acção passa não só pelo investimento positivo nas novas relações com a sociedade portuguesa, mas também pelo maior protagonismo e empenhamento na melhoria das suas condições habitacionais” (CASTRO, 1995:100).

A preocupação com a habitação foi, aliás, uma das questões mais focadas por todos os ciganos entrevistados no âmbito deste projecto: “a resolução do

²³ Sobre esta questão existem divergências entre autores. Para alguns autores, o “nomadismo” é uma falsa questão, que só persiste por mera questão de preconceito.

problema da habitação é a prioridade das prioridades para os ciganos” (ver extractos destas entrevistas, no III capítulo).

Como foi possível constatar durante a realização deste projecto e, como por exemplo Alexandra Castro sublinha no artigo acima citado, a residência fixa aumenta a auto-estima dos ciganos. Os ciganos associam a casa a uma plataforma de estabilidade e segurança que permite o aumento da sua afirmação face à restante sociedade; a afirmação face à sociedade atenua o fosso entre esta e os ciganos e permite, na prática, encetar relações de confiança e mútuo conhecimento.

Por outro lado, a existência de residência fixa melhora também o relacionamento com as autoridades judiciais, sobretudo quando se perspectiva esse relacionamento, tendo em conta o facto da legislação portuguesa sempre ter desincentivado as práticas nómadas.

No entanto, a existência de ciganos sedentários e com residência fixa não significa que os problemas de habitação se tenham resolvido a contento ²⁴.

Os ciganos são (quase) sempre remetidos para os bairros mais periféricos e degradados, têm reduzido acesso à habitação social e camarária e nem sempre os processos de realojamento são conduzidos da melhor forma – os ciganos vivem numa situação de “coexistência segregada” (P. MACHADO; 1994).

De facto, em matéria de habitação e realojamento, é indiscutível a necessidade de ter em conta algumas “especificidades” resultantes da cultura e das profissões mais usuais quando se procede à construção de habitações para a população cigana, como é caso, entre outros, da actividade profissional preponderante, do hábito enraizado de prolongamento da habitação na rua e a importância dada pelas famílias ciganas à funcionalidade de alguns dos espaços exteriores à casa e de determinados equipamentos.

Neste aspecto, uma das medidas mais relevantes, pelo impacto que teve nas comunidades ciganas, foi o Plano Especial de Realojamento (PER), promovido

²⁴ Como ficou demonstrado, por exemplo, nas entrevistas realizadas no âmbito deste projecto no Bairro do Picoto, em Braga.

pelo Instituto Nacional de Habitação (INH) ²⁵ em parceria com o Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado (IGAPHE)²⁶ – um plano que tinha como principal objectivo a erradicação dos bairros de barracas e o realojamento destas pessoas em novos bairros (de apartamentos e casas).

No entanto, em múltiplos casos, as intervenções do PER não tiveram completo sucesso. Não só as famílias destinatárias raramente foram ouvidas previamente, como ainda muitas das habitações não estavam preparadas/não eram apropriadas para os hábitos e necessidades profissionais destas famílias. Em vários casos, foram colocadas no mesmo bairro comunidades ciganas inteiras, criando-se verdadeiros “guetos” e focos de conflito ²⁷.

Finalmente, importa salientar que não existem estatísticas oficiais sobre o número de ciganos presentes em bairros do IGAPHE – a Constituição Portuguesa não permite que os cidadãos sejam especificados quanto à raça, côr e religião. No entanto, é do conhecimento geral que, por exemplo, em quase todos os bairros do IGAPHE no Porto e em Braga existem famílias ciganas e que, em alguns, são mesmo o grupo étnico mais representado.

²⁵ O INH é um instituto público, criado em 1984, que proporciona apoio financeiro e técnico a programas de habitação. Ou seja, encoraja e financia a construção de habitações a “custos controlados” mas ditas de qualidade. Os promotores destas iniciativas podem ser empresas privadas, instituições locais, serviços públicos ou privados sem fins lucrativos ou instituições privadas de solidariedade social. Promovem ainda investigação no sentido de dar resposta a medidas políticas mais adequadas às realidades. No entanto, não têm nenhum programa, medida ou política focada na minoria étnica cigana porque, nos termos da Constituição Portuguesa, se considera que, como cidadãos portugueses, devem aceder às medidas globais existentes.

²⁶ O IGAPHE foi criado para gerir o património habitacional que o Estado herdou do Ex-Fundo Fomento de Habitação. A partir de 1996/1997, o IGAPHE mudou a sua orientação geral, procurando uma nova vocação – a “Operação Arco-Íris”, um novo conceito de gestão do parque habitacional de arrendamento público, cuja estratégia aponta para o desenvolvimento social através de uma intervenção global e simultânea sobre o conjunto dos problemas de índole material, social e económicos que afectam os bairros sob a sua jurisdição (AFONSO, 1999).

²⁷ Os principais focos de conflito resultam, em grande parte, cumulativamente das dificuldades das famílias se adaptarem à tipologia dos apartamentos, da recusa/impossibilidade de pagamento das rendas estipuladas e de problemas com a vizinhança que, em inúmeros casos, aponta os ciganos como responsáveis da chegada/do aumento do tráfico de droga aos bairros.

Saúde e Condições de Acesso à Saúde

Se entendermos saúde como um estado de bem-estar biopsicosocial, é fácil de perceber porque nesta área se encontram alguns dos mais importantes reflexos das desigualdades sociais e, conseqüentemente, da (falta de) qualidade de vida e do (baixo) grau de participação activa de cidadãos de pleno direito, mormente por parte dos grupos étnicos.

Trata-se, no caso do presente estudo sobre os problemas da exclusão/integração das comunidade ciganas, de perceber até que ponto os diferentes *handicaps* da “condição” de cigano - baixa escolaridade, fracas condições de habitabilidade, precário acesso ao mercado de trabalho, discriminação vexatória, etc. - condicionam o seu acesso aos cuidados de saúde ou, dito de outra forma, aumentam ainda mais o seu grau de exclusão.

Infelizmente, a temática da relação dos ciganos com a saúde e os serviços públicos de saúde está ainda pouco estudada em Portugal – os estudos até agora realizados ou são pouco profundos ou reflectem realidades que dificilmente se poderão generalizar à totalidade do país ²⁸.

Contudo, da leitura da bibliografia disponível é possível afirmar, com um grau elevado de realismo, que as comunidades ciganas não recorrem aos serviços de saúde para prevenir doenças, mas sim em casos limite e, nesses casos, directamente aos serviços de urgência hospitalar ²⁹. As razões apontadas para esta realidade, nos poucos trabalhos sobre a questão da acessibilidade dos ciganos aos cuidados públicos de saúde, prendem-se com quatro tipo de factores:

²⁸ Dada a falta de bibliografia disponível, este ponto baseou-se, em parte, nas conclusões do Encontro Temático sobre Saúde, realizado em 2000, pela Rede Europeia Anti-Pobreza / Portugal, que contou com a presença de informantes privilegiados nesta matéria, bem como com a de membros das comunidades ciganas (REAPN, 2000^a).

²⁹ Nesta matéria, em termos gerais, a realidade encontrada nas entrevistas realizadas no âmbito deste projecto aponta para uma situação muito idêntica à que vivem os ciganos em Espanha: esperança média de vida da população cigana abaixo da média nacional; taxas de mortalidade infantil bastante acima da média; em termos relativos, alta percentagem de crianças não vacinadas; numerosos casos de deficiente alimentação e subnutrição; percentagem considerável de lesões involuntárias, queimaduras, fracturas, quedas, etc. (ARBEX, 1999).

- 1º factores económicos (nos hospitais só pagam a taxa moderadora);
- 2º desconhecimento da existência de serviços públicos de saúde intermédios;
- 3º falta de flexibilidade dos serviços públicos de saúde, *vide* dificuldades destes serviços em lidarem com a multiculturalidade;
- 4º preferência pelos serviços de saúde privados, que proporcionam um atendimento mais rápido e dão um sentimento de maior privacidade, sobretudo no que concerne a problemas de toxicod dependência (um factor, se tivermos só em linha de conta a dimensão económica, paradoxal em relação ao primeiro).

De facto, na generalidade, o que impera nesta matéria é um desconhecimento mútuo entre comunidades ciganas e serviços de saúde públicos, o que leva a uma hostilidade reactiva provocada por uma série de mitos, desconhecimentos e medos, prevalecendo, assim, uma lacuna de comunicação geral e interpessoal.

Importa ainda destacar alguns dos problemas de saúde que parecem afectar de modo mais grave, neste momento, as comunidades ciganas e que, na sua maioria, se encontram intimamente ligados às más condições de habitação em que algumas famílias ciganas vivem e que, aliás na generalidade, foram apontadas por alguns dos entrevistados no âmbito deste projecto (elementos que, de resto, são visíveis em algumas das nossas entrevistas):

- a falta de planeamento familiar e, conseqüentemente, altas taxas de natalidade verificadas em mães muito jovens, sem acompanhamento durante a gravidez e o parto;
- o recurso à medicina tradicional ainda frequente, sobretudo em meios rurais;
- a existência de graves lacunas de informação e mitos sobre prevenção e tratamento;
- o consumo de drogas, que tem conseqüências nefastas não só ao nível da saúde, mas também ao da estruturação social, familiar e cultural e que, por arrastamento, favorece o aparecimento/“confirmação” de muitos dos estereótipos negativos criados pela sociedade maioritária;
- a Sida e a falta de conhecimentos associados a esta doença.

No caso da Sida, por exemplo, o estudo efectuado em 1999 pelo Secretariado Diocesano de Lisboa da Obra Nacional para a Pastoral dos Ciganos

(MARQUES e REIS, 1999), que pretendeu testar o conhecimento por parte das comunidades ciganas da existência da Sida e avaliar o grau de compreensão do seu significado, demonstrou inequivocamente a gravidade do problema nas comunidades ciganas:

- a palavra Sida era conhecida por 98% dos inquiridos, mas só 2% sabiam o seu verdadeiro significado;
- 17% dos inquiridos não sabiam ou não responderam à questão “como se pode contrair a doença?”;
- 14% dos inquiridos não sabiam como evitar o contágio;
- 40% dos inquiridos associavam o contágio sobretudo a comportamentos de risco (21% responderam “não partilhar seringas” e 19% “não partilhar agulhas”);
- 65% dos inquiridos respondeu que conheciam ciganos que faleceram com SIDA;
- só 26% responderam que conheciam, na altura do inquérito, ciganos doentes com Sida³⁰.

Justiça e Acesso à Justiça

Basta fazer uma revisão em diagonal às leis, normas, posturas e deliberações administrativas ao longo da história para ficarmos com uma noção de como foram sendo tratados os ciganos até ao seu reconhecimento como cidadãos portugueses. A história “oficial” dos ciganos em Portugal é, como é possível verificar no quadro síntese de leis, regulamentos e decisões administrativas (Quadro 1)³¹, uma história legislativa, burocrático-administrativa e policial antiga que atravessa os séculos e é profundamente discriminatória dos ciganos, fossem/sejam eles nascidos em Portugal ou não.

³⁰ Todavia, importa relativizar estes resultados, na medida em que não só a amostra do inquérito foi reduzida, como ainda não existem termos de comparação que permitam validar os resultados. Fica também no ar a resposta à seguinte pergunta: “O mesmo inquérito, aplicado a populações não ciganas mas vivendo as mesmas situações sócio-económicas, poderia dar resultados parecidos?”.

³¹ Quadro síntese elaborado a partir do trabalho de José G. P. Bastos e Susana P. Bastos (2000).

Quadro 1

Leis, regulamentos e decisões administrativas sobre ciganos

Data	Tipo de medida	Teor
1526 (D. João III)	Alvará de 3 de Março)	“que não entrem ciganos no reino e saiam os que nele estiverem”
1538 (D. João III)	Lei XXIV	“sejam presos e publicamente açoutados, com baraço e prego” (...); “[à 2ª vez] outra vez açoitada publicamente... e perder todo o móvel que tiver”
1557 (D. João III)	Lei de 17 de Agosto	Acrescenta a pena das galés
1573 (D. Sebastião)	Alvará de 14 de Março	Novo prazo de 30 dias para que saiam; senão, açoites às mulheres, galés aos homens; declara caducas as licenças de permanência anteriormente concedidas
1574 (D. Sebastião)	Despacho sobre requerimento	Comutação de 5 anos nas galés por cinco anos no Brasil (a pedido do próprio)
1579 (D. Henrique)	Alvará de 11 de Abril	Concede novas licenças aos que “vivem bem e que trabalham e não são prejudiciais”; os nómadas, que “saíam do Reino dentro de trinta dias” ou “açoitado publicamente e degredado para sempre para as galés”
1592 (Filipe I)	Lei de 28 de Agosto	Dentro de 4 meses, se andassem em ranchos ou quadrilhas: executar com pena de morte, “sem apelação nem agravo”
1603 (Filipe I)	Ordenações Filipinas	“que não entrem no Reino Ciganos, Arménios, Arábios, Persas nem Mouriscos de Granada”
1606-1616 (Filipe II)	Alvarás (1606, 1608) Leis (1613, 1614)	“não sejam passadas cartas de vizinhança” (galés por 3, 6 ou 10 anos; exclui a pena de morte)
1646 (D. João IV)	Despacho sobre Petição da viúva de Jerónimo da Costa	“mulher e filhos sejam havidos como naturais do reino”; “seja feito cavaleiro fidalgo” “descendentes não tenham ofício mecânico e sirvam como soldados”
1647 (D. João IV)		Manda fixar residência a dez presos velhos, mulheres e filhos de gitanos; proíbe falar geringonça, usar trajes de ciganos e ler a sina; (penas = galés para os homens; degredo em Angola ou Cabo Verde, sem os filhos, para as mulheres)

1649 (D. João IV)		“extinguir este nome e modo de gente vadia de ciganos desterrar de todo o modo de vida e memória desta gente vadia, sem assento, nem forro, nem paróquia, nem ofício mais que os latrocínios de que vivem seriam embarcados e levados para servirem nas conquistas, divididos excepto os que actualmente assistem nas fronteiras e não andam na companhia dos outros (cerca de 250, premiados)”
1686 (D. Pedro II)		“vindos de Castela, sejam exterminados” “filhos e netos de portugueses, tenham domicílio certo” “ou enviados para o Maranhão”
1694-1696 (D. Pedro II)	Provisão à Câmara de Elvas	“todos os ciganos nascidos neste reino que não tomarem géneros de vida de que possam sustentar-se, que dentro de dois meses, saiam deste reino, sob pena de morte, do mesmo modo que tenho resolvido com os ciganos castelhanos que entraram neste reino”
1708 (D. João V)	Decreto	Proíbe o traje, a língua, negócios de bestas e outras imposturas (ler a sina), sob pena de açoites e degredo por 10 anos (galés, para os homens; o Brasil, para as mulheres)
1718 (D. João V)	Decreto	Prender e mandar para as conquistas - Índia, Angola, São Tomé, Cabo-Verde, etc.
1745 (D. João V)	Lei	Nova lei de expulsão dos ciganos
1754	Carta do Governador de Angola, Álvares da Cunha	Pede que lhe enviem muitos ciganos, com suas mulheres, porque são os que melhor resistem ao clima e não tinham provado mal nos seus procedimentos
1756		Condenados a servirem nas obras públicas de reconstrução de Lisboa
1800 (D. Maria I)		“Prendam os que andam vagos pelo reino”; “os filhos sejam transportados para a Casa Pia de Lisboa e instruídos”
1848 (Portaria)	Portaria	Exige aos bandos de ciganos o uso de passaporte, para poderem transitar pelo reino
1920 (1ª República)	Regulamento da GNR	O capítulo sobre “Ciganos” prescreve “uma severa vigilância”, dados os “seus frequentes actos de pilhagem”

1980	Declaração do Conselho da Revolução	Declara inconstitucionais as leis, regulamentos e normas anteriores relativas aos ciganos
1985	Regulamento da GNR	Determina especial vigilância sobre os nómadas (art.º 81)
1993	Postura da Câmara Municipal de Ponte Lima (10 de Maio)	A C. M. de Ponte de Lima ordena aos indivíduos de etnia cigana que abandonem o concelho no prazo de oito dias e que de futuro apenas permaneçam 48 horas.
1993	Provedor de Justiça	Recomendação do Provedor de Justiça; impede a Câmara Municipal de Ponte de Lima de aplicar a Postura de 10 de Maio

De facto, a própria história do Estado-Nação, na Europa e em Portugal, remete-nos para uma história de “unidade” e “uniformidade” em que as minorias – o outro, o “diferente” – foram sendo “expedidas” progressivamente para a periferia geográfica e social e para um verdadeiro *no man’s land* jurídico e cívico-político, criando uma (autêntica) cultura de resistência de ambos os lados.

Em Portugal, na actualidade, apesar de aprovada pela Assembleia da República a Lei 134/99 de 24 de Agosto, que “proíbe as discriminações no exercício de direitos por motivos baseados na raça, côr, nacionalidade ou origem étnica”, as comunidades ciganas continuam a ser alvo de inúmeras discriminações no acesso a alguns direitos básicos e de variadíssimas acusações vexatórias, de tal forma que, para muitos sectores da sociedade portuguesa, ser cigano é sinónimo de ser traficante ou criminoso. Veja-se, a título de exemplo, a forma como são descritos os ciganos num muito conhecido dicionário de língua portuguesa: “Cigano, *s.m.* indivíduo da raça dos Ciganos; adj. trapaceiro; ladino; traficante de mercadorias subtraídas aos direitos; pop. avaro; impostor” (*Dicionário de Língua Portuguesa*, 1994 (7ª Edição), Porto, Porto Editora:403).

Contudo, a relação que a sociedade portuguesa, no seu conjunto, estabelece com os ciganos não é um “relação linear” que provoque sempre da sua parte um mesmo tipo de reacções. As reacções são dicotómicas, alternando reacções de rejeição com reacções de paternalismo: por um lado, procura criar

uma barreira a tudo o que seja/pareça diferente do grupo social dominante, que alimenta uma tendência generalizada de ver e tratar todos os ciganos como iguais, sobretudo no que de pior se lhes pode atribuir - injustamente, os ciganos são facilmente tornados *bodes expiatórios* de alguns dos males da sociedade moderna, como por exemplo, do tráfico de drogas; por outro lado, no sentido (aparentemente) inverso da reacção de rejeição, “paternaliza” as relações com as comunidades ciganas – uma reacção que, na prática, está intimamente ligada à anterior, que tem subjacente receios enraizados face ao desconhecido e ao diferente e que se funda frequentemente na tentativa de “proteger” os ciganos dos direitos e deveres impostos /aceites pelo resto da sociedade, numa lógica de “assistencialismo”.

A bibliografia sobre a temática “justiça e ciganos “ em Portugal é quase inexistente. Todavia, dois estudos feitos nos anos da década de 90 trazem algumas achegas muito interessantes sobre a matéria, nomeadamente sobre a vertente “situação prisional” dos ciganos (DIAS, 1995; MOREIRA, 1999).

No seu trabalho, Elisabete Dias - um trabalho de reflexão com um grupo de 12 ciganos ³², com média etária de 30 anos e baixos níveis de escolaridade, detidos no Estabelecimento Prisional de Paços de Ferreira em 1991 e provenientes de diferentes zonas geográficas do território nacional - constatou, por exemplo, que algumas famílias dos reclusos de origem mais distante se mudaram para perto do Estabelecimento Prisional, para assim melhor poderem apoiar os seus parentes detidos. Neste sentido, como afirma a autora, as visitas são momentos vividos com grande intensidade e emoção e que servem para os familiares dos reclusos, entre outras coisas, contarem as novidades das suas comunidades e levarem comida caseira.

Talvez uma das conclusões mais interessantes deste estudo seja a de que “a imagem de coesão para o exterior não corresponde, em última análise, à realidade do grupo. Separados por questões de prestígio e poder, formam subgrupos que, embora não originem conflitos, mantêm distância entre eles” (DIAS, 1995:59) – uma situação aliás um pouco à semelhança do que

³² Dos 12 presos, 8 eram presos primários e 4 reincidentes; 7 estavam presos por furto, 4 por homicídio e 1 por tráfico de drogas. Segundo a autora, o motivo da prisão por homicídio estava associado a questões de honra, rivalidades familiares, rixas e traição conjugal; neste grupo de ciganos, a proporção de presos por furto estava muito próxima da acusada do mesmo delito na restante população prisional.

se passa fora das paredes do Estabelecimento Prisional, como é possível verificar no capítulo seguinte deste trabalho.

O estudo de Semedo Moreira ³³, muito mais extenso do que o de Elisabete Dias, fez uma caracterização sociológica dos reclusos ciganos (dados pessoais, familiares, comportamentos), traçou as grandes linhas de enquadramento da situação criminal, penal e prisional de cada recluso e tenta perceber o modo como estas variáveis reflectem as diferenças culturais e sociais transportadas para o interior prisional ³⁴.

Entre outras constatações sobre a situação prisional dos ciganos em 1998, Semedo Moreira apresenta, no seu estudo, as seguintes:

- da população de etnia cigana reclusa, 21% eram mulheres e 79% homens;
- os ciganos representavam 5.5% da população reclusa;
- apesar de se encontrarem reclusos ciganos com idades entre os 16 e os 78 anos, a maioria situava-se na faixa etária dos 21-39;
- 80% dos reclusos nunca haviam frequentado a escola e 52% não sabiam assinar o nome;
- 19,6% dos presos haviam frequentado a escolaridade mínima obrigatória, ainda que muito poucos a houvessem concluído;
- 77% dos reclusos eram vendedores ambulantes;
- 80,9% eram "casados pela lei cigana", ou seja, perante a lei vivem em união de facto;
- apenas 30% dos presos eram reclusos primários;
- os reclusos por tráfico de drogas eram os mais numerosos.

³³ O estudo incidiu sobre 752 dos 787 processos de reclusos de etnia cigana que a 31 de Maio de 1998 se encontravam nas prisões portuguesas. O universo referenciado, contudo, não foi totalmente analisado - alguns dos processos individuais estavam a ser utilizados por outros serviços da Direcção-Geral de Serviços Prisionais.

³⁴ O autor alerta no seu texto para as limitações decorrentes do facto de os processos terem sido a única fonte utilizada, sofrendo de falta de homogeneidade da informação devido ao facto da informação registada não ter como objectivo o estudo das minorias étnicas. Na tentativa de contornar esta dificuldade, organizou tematicamente o material de forma a torná-lo comparável, o que implicou passar à margem de algumas variáveis que, apesar de importantes, eram registadas de forma muito irregular. Sendo a primeira dificuldade, desde logo, "identificar" os ciganos, pois "não é permitida a distinção "racial" nos processos, o autor teve que consultar todos os estabelecimentos prisionais.

Finalmente, importa salientar que, não obstante Portugal ter um ordenamento jurídico reconhecido internacionalmente como sendo um dos mais avançados em termos da protecção dos direitos humanos de todos os cidadãos, o sistema de justiça, de uma forma geral, com o seu funcionamento padronizado, que pretende tratar todos os cidadãos como iguais, acaba por ter dificuldade em “chegar” a grupos minoritários, como sejam a minoria étnica cigana, que tem diferenças culturais que devem ser tidas em conta para se efectivar o tratamento igualitário de todos os cidadãos portugueses.

Neste sentido, não admira que, por exemplo, nas conclusões de um encontro sobre as relações entre a justiça e a comunidade cigana, realizado no Porto (REAPN, 2000) ³⁵, se apontem como principais problemas diagnosticados os disfuncionamentos derivados da “incompreensão” cultural:

- o problema da identificação – muitos ciganos têm alcunhas ou existem na mesma família várias pessoas com nomes idênticos, não havendo uma coincidência com o nome legal, o que dá origem a frequentes erros processuais;
- o problema derivado do facto de o casamento cigano não ser reconhecido pela lei portuguesa, o que leva a que mulheres levadas a tribunal como solteiras sejam muitas vezes “casadas” há 15 ou 20 anos e mães de diversos filhos;
- os problemas derivados do comportamento emotivo dos ciganos em tribunal - clima de insegurança, intimidação dos oficiais de justiça menos experientes, cargas policiais, etc.;
- os problemas resultantes da existência de preconceitos contra os ciganos, que leva o sistema de justiça a discriminá-los pelo simples facto de o serem, ou seja, a “*venda da justiça terá que deixar de ser transparente*”³⁶.

35 Este Encontro Temático Sobre Justiça foi promovido pela REAPN e contou com a presença de Procuradores da República, Juizes, Advogados, Técnicos de Institutos de Reinserção Social e de Comissões de Acompanhamento de Menores, bem como membros da Etnia Cigana, nomeadamente a Associação Cigana de Matosinhos REAPN, 2000b).

36 Expressão utilizada pelo Sr. Manolo, Presidente da Associação Cigana de Matosinhos, explicitando o estado da Justiça em Portugal no Encontro Temático referido na nota anterior.

CAPÍTULO III
Análise das Entrevistas Realizadas
nas Comunidades Ciganas
de Braga, Évora, Lisboa e Porto

Dada a abrangência dos temas envolvidos neste estudo, privilegiámos, ao nível do tipo de recolha de informação, a abordagem qualitativa. Este tipo de abordagem tem, entre outras vantagens, a de facilitar a multidimensionalidade das análises e a reconstituição dos universos simbólicos relativos aos aspectos culturais, identitários e representacionais.

Neste sentido, optámos por fazer incidir os critérios de selecção na construção de uma tipologia de situações relativamente simples que, quando cruzada com a situação relativamente a acções consolidadas de intervenção com vista à integração social (abrangido/não abrangido) e com a dimensão residencial, permite dar uma ideia aproximada do grau de interacção com outras comunidades, ou auto-fechamento, da comunidade cigana no espaço residencial (ver, em anexo, o “Guião da Entrevista à População Cigana”).

Pretendemos, neste projecto, detectar eventuais diferenciações na relação com a sociedade, produzidas pelas medidas de política social ou pela presença de ciganos e não ciganos no mesmo espaço residencial, de modo a depreender a natureza e o sentido (positivo/perverso) das relações tecidas pelas comunidades ciganas com a sociedade envolvente.

Por outro lado, optámos também por não concentrar as entrevistas num único espaço residencial. Fizemos 21 entrevistas (12 em distritos do norte do país e 9 no centro-sul e sul), umas em espaços residenciais urbanos (13 entrevistas) e outras em espaços residenciais semi-urbanos (8 entrevistas).

De facto, a dita Comunidade Cigana Portuguesa é uma realidade heterogénea, que não permite considerar uma qualquer comunidade cigana como o “espelho” de todas as outras. No seu interior persistem vivências diversas e coexistem grupos e realidades sociais muito diferentes.

Procurámos ainda, quando seleccionámos os entrevistados, encontrar um relativo equilíbrio, quer quanto ao género, quer quanto ao escalão etário.

De facto, as comunidades ciganas, aliás como todas as comunidades, não são, do ponto de vista das atitudes e comportamentos dos grupos e indivíduos que as compõem, comunidades “fossilizadas” e/ou unanimistas. São comunidades “vivas” por um lado, compostas por grupos e indivíduos com histórias, posicionamentos e expectativas (relativamente) diferentes uns dos outros e, por outro, capazes de incorporar novas dimensões e comportamentos sociais, económicos e culturais. Esta realidade de diversidade e de mutação no interior das comunidades ciganas está, por exemplo, bastante patente em alguns dos excertos das entrevistas feitas a ciganos mais novos ou a mulheres.

Quadro 2

Local de residência, número de entrevistas realizadas e tipo de bairro

Distrito	Local de Residência	Nº de entrevistas	Tipo de Bairro
Lisboa	Bairro das Galinheiras	2	Urbano
	Casalinho da Ajuda	1	Urbano
	Rio Seco	1	Urbano
	Buraca	1	Urbano
<i>Sub-Total</i>		5	
Évora	Bairro da Cruz Picada	4	Semi-urbano
<i>Sub-Total</i>		4	
Porto	Bairro de Aldoar (Porto)	1	Urbano
	Bairro S. João de Deus (Porto)	2	Urbano
	Bairro de Balteiro (Vila Nova de Gaia)	1	Semi-urbano
	"Ilha" dos Quatro Olhos (Vila N. de Gaia)	1	Semi-urbano
	Bairro da Biquinha (Matosinhos)	1	Urbano
	Bairro do Seixo (Matosinhos)	1	Urbano
<i>Sub-Total</i>		7	
Braga	Braga (Centro)	1	Urbano
	Bairro do Picoto (Braga)	2	Urbano
	Vila Verde	1	Semi-urbano
	Prado	1	Semi-urbano
<i>Sub-Total</i>		5	
TOTAL		21	

No distrito de Braga (Concelho de Braga), nos Concelhos de Gaia e Matosinhos e no Bairro de São João de Deus (concelho do Porto) do Distrito do Porto, os primeiros contactos com as famílias ciganas e a posterior selecção foram realizados, respectivamente, com a colaboração da Associação Olho Vivo de Braga, da Empresa Municipal “Gaia Social” da Câmara Municipal de Gaia, da Associação para o Desenvolvimento Integrado de Matosinhos (ADEIMA) e do Centro Social do Bairro S. João de Deus. Em Lisboa, o reconhecimento de terreno e a selecção dos entrevistados deveu-se à colaboração das entidades parceiras do projecto (Secretariado Diocesano da Obra Nacional para a Pastoral dos Ciganos e do Programa de Promoção Social dos Ciganos da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa) e, no Bairro do Aldoar (concelho do Porto) e em Évora, a equipa do projecto socorreu-se de contactos anteriores de alguns dos seus membros com famílias ciganas aí residentes.

Na larga maioria das entrevistas realizadas, para além do entrevistado propriamente dito, participaram outros membros da família ou da comunidade. Em alguns casos, estes participantes “comportaram-se”, na prática, também como entrevistados.

Quanto à transcrição de excertos de entrevistas, por questões deontológicas, nunca desvendámos o nome do entrevistado/do informante. Optámos pela indicação do bairro de residência e, em meia dúzia casos, por desejo expresso do entrevistado, pela indicação do distrito a que pertence o bairro onde reside.

Finalmente, como no I Capítulo tínhamos já frisado, dada a limitada dimensão da amostra, o potencial de generalização da informação recolhida e trabalhada a partir das 21 entrevistas realizadas é reduzido. À limitação fundada na dimensão acresce-se ainda naturalmente a limitação derivada da diversidade de qualidade da informação fornecida pelos entrevistados e a resultante dos “critérios” usados pelos entrevistados na escolha dos assuntos que mais/ menos lhes interessava desenvolver.

1 - Caracterização dos Entrevistados e dos seus Agregados Familiares

Embora a primeira preocupação subjacente à realização das entrevistas fosse questionar pessoas que detivessem um bom conhecimento da história do seu agregado familiar, como podemos observar pelo Quadro 3, no que concerne ao género dos entrevistados a divisão foi quase equitativa: 11 pessoas do sexo masculino e 10 do sexo feminino.

Quanto à idade, entrevistámos indivíduos entre os 15 e os 62 anos, com maior preponderância de entrevistados na faixa etária 20-29 anos (11 entrevistados). No caso da idade, o pressuposto da selecção visou tentar, por um lado, aferir diferentes visões e percepções entre os membros de etnia cigana de diversas idades e, por outro lado, tentar perceber a postura da faixa etária mais jovem, quer ao nível das mudanças de valores e tradições, quer face à escolaridade e às actividades profissionais.

No que diz respeito ao estado civil, duas evidências se tornam claras: em primeiro lugar, o facto de preponderarem os entrevistados casados (mesmo entre os mais novos), o que vem confirmar o facto dos casamentos entre a comunidade cigana ocorrerem em idades mais precoces, quando comparados com a restante população; em segundo lugar, o facto de todos assumirem ter casado pela "Lei Cigana", mesmo no caso daqueles que são viúvos ou que simultaneamente/posteriormente casaram pelo registo civil (2 casos). Apenas uma entrevistada estava casada pela Igreja Católica ³⁷.

No que concerne aos casamentos mistos - cigano(a) com não-cigano(o), os entrevistados são unânimes em assumir que estes são cada vez mais frequentes (inclusivamente constatámos esta realidade entre os entrevistados).

³⁷ Como à luz do ordenamento jurídico português o "casamento cigano" não é reconhecido, actualmente muitos ciganos optam por casar segundo a tradição cigana (em alguns casos com festas que duram vários dias) ou simplesmente "tornando casamento" a "fuga" dos noivos e em simultâneo/posteriormente legalizando a sua situação no registo civil.

Quadro 3.

Caracterização do entrevistado quanto ao género, idade, número de membros do agregado familiar, nacionalidade e estado civil

Local de residência	Sexo	Idade	Nacionalidade	Nº membros do agregado familiar ³⁸	Estado Civil
Bairro das Galinheiras (Lisboa)	Masculino	29	Portuguesa	5	Casamento Cigano
Bairro das Galinheiras (Lisboa)	Masculino	28	Portuguesa	3	Casamento Cigano
Casalinho da Ajuda (Lisboa)	Masculino	62	Portuguesa	2	Casamento Cigano
Rio Seco (Lisboa)	Feminino	67	Portuguesa	2	Viúva
Buraca (Lisboa)	Masculino	21	Portuguesa	4	Casamento Cigano
Bairro da Cruz Picada (Évora)	Feminino	22	Portuguesa	4	Solteira
Bairro da Cruz Picada (Évora)	Feminino	49	Portuguesa	9	Casamento Católico
Bairro da Cruz Picada (Évora)	Feminino	15	Portuguesa	6	Solteira
Bairro da Cruz Picada (Évora)	Masculino	20	Portuguesa	6	Solteiro
Bairro de Aldoar (Porto)	Feminino	25	Portuguesa	6	Casamento Cigano
Bairro de S. João de Deus (Porto)	Masculino	28	Portuguesa	5	Reg. Civil e Casamento Cigano
Bairro de S. João de Deus (Porto)	Feminino	50	Portuguesa	5	Casamento Cigano
Bairro de Balteiro (Vila Nova de Gaia)	Feminino	36	Portuguesa	7	Casamento Cigano
Ilha dos Quatro Olhos V. N. de Gaia)	Masculino	26	Portuguesa	2	Casamento Cigano
Bairro da Biquinha (Matosinhos)	Feminino	59	Portuguesa	6	Casamento Cigano
Bairro do Seixo (Matosinhos)	Feminino	28	Portuguesa	5	Casamento Cigano
Braga (Centro)	Masculino	21	Portuguesa	5	Reg. Civil e Casamento Cigano
Bairro do Picoto (Braga)	Masculino	50	Portuguesa	5	Casamento Cigano
Bairro do Picoto (Braga)	Masculino	28	Portuguesa	3	Casamento Cigano
Vila Verde (Braga)	Masculino	50	Portuguesa	9	Casamento Cigano
Prado (Braga)	Feminino	34	Portuguesa	8	Casamento Cigano
Nº TOTAL DE ENTREVISTADOS : 21					

³⁸ Incluindo o entrevistado(a).

No entanto, embora os casamentos mistos sejam uma situação que quase todos parecem aceitar, manifestam-se algumas reticências nos mais velhos:

- *"...em pouco tempo não são recebidas (...) em pouco tempo apanha-se ódio àquela mulher, a não ser que não me pertença, compreende? Por exemplo, se eu tiver uma filha ou uma neta que faça isso, que se junte a um sem ser cigano, eu já lhe ganho ódio. Agora se não pertencer, eu até posso ir falar com ela e até ajudá-la (...) filhos de filhos depois já nos pertencem e temos aquela amizade (...) mais tarde nós o que queremos é isso, depois mais tarde conviver com eles" (entrevista realizada em Vila Verde, Braga).*

Outra realidade evidenciada nas entrevistas é a da alteração de posicionamentos em relação aos "casamentos feitos" – uma alteração de costumes vista, de uma forma geral, como positiva.

De facto, apesar de ainda ocorrerem "casamentos feitos", estes verificam-se cada vez menos e, mesmo pessoas que casaram desta forma, querem que os seus filhos escolham os parceiros, como o demonstram os três testemunhos seguintes:

- *"Eu não namorei, eu não conhecia o meu homem de lado nenhum (...) mas quando o meu homem soube que era eu, não queria (...) foi depois com o tempo que é uma loucura (...) aquele homem, sei lá, dá tudo na vida por mim, mas quando a gente casou ele não gostava de mim".*

No entanto, e apesar da sua experiência, ela própria "arranjou" o casamento de um dos seus filhos, que só não chegou a realizar-se porque "fugiu" com a actual mulher:

- *"(...) e eu disse «Esta menina há-de ser para o A.» e ela disse «Está bem, quando tiver 14 anos casa-se» (...) depois ele andou pouco tempo assim com ela, para a pedir em casamento, para depois se casarem, mas depois ele disse ao pai que não a queria, que não gostava dela, que queria outra (...) depois o meu homem não concordava com isso (...) e depois o meu homem nem foi ao casamento dele, nem nada, o casamento fez-se sozinho, sem pai, sem mãe, sem irmãos, nem nada. Ele casou sozinho sem roupa, sem comida, nem nada, sem festa, nem nada, foi o castigo que o pai lhe deu" ³⁹. (entrevista realizada em Prado, Braga).*

³⁹ Se o pai não procedesse assim, segundo a entrevistada, as duas famílias tornar-se-iam "contrárias", pois só a noiva pode desfazer o casamento

- *"Eu já ia grávida, por isso é que eu estou a dizer que se isso acontecesse nas antiguidades eram coisas impossíveis e agora já não, já muitos ciganos casam assim".*

Todavia, a entrevistada que escolheu o seu marido, apesar do orgulho que diz ter em ser cigana, não deixa de criticar algumas posturas dos ciganos:

- *"Mas há muitas coisas que os antigos, os mais velhos, votaram que não acho jeito, não acho certo... não, porque a gente havia de casar com quem a gente gosta, com quem a gente quer, andar à nossa maneira...". (entrevista realizada no Bairro de Aldoar, Porto).*
- *"Muitos não querem casar e outros quando casam batem nas mulheres, não gostam delas por casarem à força. Eu comigo gostei do meu marido e casei com ele, só que levei muita porrada, o meu pai não queria". (entrevista realizada no Bairro do Seixo, Matosinhos ⁴⁰).*

Ainda quanto à caracterização dos agregados familiares dos entrevistados, importa salientar, por uma lado, como é possível ver pelo Quadro 4, o número elevado de agregados com 5 ou mais membros (13 em 21 agregados) e, por outro, a situação bastante diversificada, em termos de relações parentais, dos agregados familiares (Quadro 5). Nesta última dimensão, realce-se ainda quer o número significativo de famílias em que coabitam 3 gerações de familiares (7 em 21 agregados), quer a reduzida expressão de agregados compostos só por marido e mulher (1 caso em 21).

Quadro 4
Número de membros do agregado familiar

Nº de membros	Nº de Agregados
2	3
3	3
4	2
5	5
6	4
8	1
9	3
TOTAL	21

⁴⁰ A entrevistada é uma das que casou com um não-cigano.

Quadro 5

Composição quanto a relação familiar entre os membros do agregado

Composição do agregado ⁴¹	Nº de membros em cada agregado	Nº de agregados
Casal	2	2
Casal + 1 filho	3	2
Casal + 2 filhos	4	1
Casal + 3 filhos	5	3
Casal + 4 filhos	6	2
Casal + 4 filhos + 2 netos	8	1
Casal + 2 filhos + mãe do entrevistado	5	1
Casal + 2 filhas + 1 genro + 4 netos	9	1
Casal + 1 neto	3	1
Casal + Pais do entrevistado + irmão do entrevistado	5	1
Casal + 4 filhos + pai entrevistado + 1 nora + 1 neto ⁴²	9	1
Entrevistada + 3 filhos	4	1
Entrevistada + 1 neta	2	1
Entrevistado + Pais + 3 irmãos	6	1
Entrevistado + Pais + 2 irmãos + 1 sobrinho	6	1
Entrevistada + 4 filhos + 2 noras + 2 netos	9	1
TOTAL		21

Finalmente, registre-se que todos os entrevistados, assim como os membros dos respectivos agregados familiares, eram portadores de Bilhetes de Identidade com cidadania portuguesa.

⁴¹ Exceptuando os casos devidamente assinalados (5 em 21), os entrevistados foram sempre um dos membros do “casal”.

⁴² Os membros deste agregado vivem no mesmo terreno em 3 barracas separadas, mas fazem economia doméstica comum.

2 - Escolaridade e Posicionamento dos Entrevistados quanto à Escola e Educação

Os níveis de escolaridade dos 21 entrevistados no âmbito deste projecto e as figurações que fazem da escola e da educação apresentam padrões idênticos aos aludidos por vários dos autores referidos no capítulo anterior.

Tal como nos casos aludidos no II Capítulo, os baixos níveis de escolaridade da totalidade dos entrevistados, a desigualdade patente entre rapazes e raparigas em termos de frequência da escola e a (relativa) má imagem que têm da mesma, têm muito a ver com a sua situação face ao “peso” da tradição e da cultura cigana e ao seu modo de vida.

Da leitura do Quadro 6, em termos de grau de escolaridade, três constatações se impõem de imediato sobre quaisquer outras: abandono escolar precoce e generalizado, baixo nível de escolaridade e discrepância acentuada de níveis de escolaridade entre homens e mulheres (dos 5 entrevistados que nunca frequentaram a escola, 4 são mulheres; os 2 entrevistados com o maior grau de escolaridade, 2º ciclo (antigo preparatório), são homens).

Quadro 6

Grau de escolaridade dos entrevistados

Sexo	Feminino	Masculino	TOTAL
Sem grau de escolaridade	4	1	5
1º ciclo	6	8	14
2º ciclo	-	2	2
TOTAL	10	11	21

De facto, através da análise das entrevistas, detectámos inúmeros casos de abandono escolar precoce, sendo que este é ainda mais prematuro no caso das mulheres. Enquanto que a maior parte dos homens abandonou a escola com uma idade compreendida entre os 12 e os 15 anos, a larga maioria das mulheres desistiu da escola antes dos 11 anos de idade ou inferior.

Com efeito, como já foi referido no Capítulo anterior, os ciganos, por tradição, trabalham na venda ambulante e os conteúdos programáticos da escola não lhes despertam interesse ligado ao seu futuro profissional. Como é possível constatar pelas quatro afirmações a seguir transcritas, os ciganos não vêm

(não viam na época) a escola como um factor que desempenhe um papel fundamental no seu futuro profissional.

- *“Ia à escola, mas não era com aquela coisa de aprender. Não ia muito interessada na escola” (Entrevista realizada [mulher] no Bairro da Cruz Picada, Évora).*
- *“Deixei a escola porque, para já, não gostava muito da escola. Depois, porque era mais preciso dinheiro do que estudos” (Entrevista realizada [homem] no Bairro da Cruz Picada, Évora).*
- *“Deixei de estudar com 9 ou 10 anos. Desisti da escola para ajudar os meus pais nas feiras” (entrevista realizada no Distrito do Porto).*
- *“O meu pai ia à feira e não me podia deixar na escola” (entrevista realizada no distrito do Porto).*

Contudo, apesar da representação negativa da escola do “seu tempo” e das “contrariedades” que, segundo os próprios, a vida de cigano tem (“um cigano vive um dia de cada vez”) e que tornam difíceis as relações com a escola, a grande maioria dos entrevistados reconhece (hoje) que, para “melhorar a vida”, a escola é importante e até mesmo muito importante ⁴³. Alguns dos entrevistados lamentam terem abandonado a escola tão cedo sem terem completado o 1º ciclo ou, no caso de uma entrevistada, não ter mesmo prosseguido estudos para além da 4ª classe:

- *“Se fosse hoje, queria era estudar. Não queria vir trabalhar para aqui” (entrevista realizada no Bairro da Cruz Picada, Évora).*
- *“Se voltasse atrás, não tinha saído da escola com a 4ª classe. Gostava de tirar mais escolaridade. Agora faz-me muita falta” (entrevista realizada no Bairro da Cruz Picada, Évora).*
- *“Saber ler e escrever foi a melhor coisa que Deus me deu. É uma coisa muito importante na vida. Se uma pessoa não sabe ler nem escrever, é como se fosse cega” (entrevista realizada no distrito do Porto).*
- *“Se tivesse o mesmo entendimento que tenho hoje, queria ter continuado a estudar” (entrevista realizada no Bairro de São João de Deus, Porto).*

- *“Deixei de estudar, porque não gostava e, além disso, ajudava os meus pais no trabalho. Quando eles me deixavam à porta da escola, eu escondia a mala e ia com os meus colegas jogar” (entrevista realizada no Bairro da Cruz Picada, Évora).*

Finalmente, quanto à discrepância de níveis de escolaridade entre homens e mulheres e ao mais precoce abandono da escola por parte das raparigas, quase todas as entrevistas apontam predominantemente, como é possível ver pelos cinco excertos abaixo transcritos, para razões derivadas da “tradição dos ciganos” (as ciganas casam cedo, a escola dá má fama às ciganas, as *ciganinhas têm que cuidar dos irmãos*, “*onze/doze anos, já temos mais corpo e há rapazes que...*”) e, num ou noutro caso, de “má vontade” na escola em relação aos ciganos.

- *“O meu pai tirou-me da escola” (entrevista realizada Bairro do Seixo, no Porto).*
- *“Há pessoas que podem ir [à escola] (...) mas os meus pais são diferentes e não me deixaram ir mais (...) não me deixaram ir porque sou cigana (...) Eu gostava de continuar na escola. Gostava de ser cabeleireira” (entrevista realizada no Bairro do Cruz Picada, Évora).*
- *“Antigamente não deixavam que as meninas fossem à escola” (entrevista realizada no Bairro da Cruz Picada, Évora).*
- *“No meu tempo as raparigas não iam à escola. Ai daquela que fizesse birra para ir, era logo porrada nas trombas” ” (entrevista realizada no Bairro de Balteiro, Vila Nova de Gaia).*
- *“Não segui os estudos por causa da nossa tradição. Já éramos criticadas (...) A partir de uma certa idade, onze/doze anos, já temos mais corpo e há rapazes que (...) só de a gente estar com eles, já falavam. Se me vissem a falar com um colega de escola, já começavam a dizer que se passava isto e aquilo. Já éramos criticadas” (entrevista realizada no Bairro do Cruz Picada, em Évora).*

⁴³ Esta questão será retomada no ponto seguinte deste capítulo.

3 – Trabalho, Emprego, Formação e Expectativas Profissionais

Da análise das 21 entrevistas realizadas, uma constatação se sobrepõe a todas as outras. Sobretudo na área do emprego e formação, as insuficiências da concretização do Estado-Providência em Portugal marcam indelevelmente as condições de vida dos ciganos portugueses e, decorrentemente, a viabilidade das respostas correctivas das situações de exclusão social geradas. Índices altíssimos de sub-emprego, de situações de (absoluta) necessidade de complementar uma actividade com outra, de emprego desqualificado e de falta de formação são, na área do trabalho, os principais indicadores do nível de desenvolvimento do projecto português de modernidade – um projecto incompleto, que afecta ciganos e não ciganos e que se traduz, no caso dos ciganos, por políticas discriminatórias.

Por exemplo, como é possível constar pela informação disponibilizada no Quadro 7, no grupo de ciganos inquirido e mais concretamente nos casos que configuram situações conformes aos modelos de integração na sociedade preconizada pelo modelo de Estado-Providência - os empregados e os pensionistas - são evidentes as situações de complemento de rendimento.

Quadro 7

Actividade e situação perante o trabalho dos entrevistados e do agregado familiar

	Entrevistados			Membros do Agregado			Total
	Mulher	Homem	Total	Mulher	Homem	Total	
Prestação social (RMI, pensão)	2	1	3	1	1	2	5
Desempregado	-	-	-	-	-	-	-
Doméstica e prestação	-	-	-	2	-	2	2
Doméstica	3	-	3	1	-	1	4
Vendedor ambulante	6	1	7	-	1	1	8
Prestação social e v. ambulante	3	1	4	1	1	2	6
V. ambulante e doméstica	-	-	-	2	-	2	2
V. ambulante e outra profissão	-	3	3	-	-	-	3
Assalariado	-	-	-	-	-	-	-
Outra profissão	-	-	-	1	3	4	4
Total	14	6	20	8	6	14	34

Das situações de emprego assalariado detectadas nas entrevistas, 3 indivíduos acresciam aos salários os lucros da actividade como vendedores ambulantes e sobre as restantes não foi possível obter informação fidedigna.

No caso das pessoas que viviam de prestações⁴⁴ – 13 situações referenciadas nas entrevistas – 6 mantinham a venda como fonte de rendimento, sendo recorrentes as referências à insuficiência dos montantes para fazer face às despesas básicas:

- *“Não dá, porque pagar luz, água, telefone, calçar e vestir tantos filhos, onde é que isto dá? Não dá!” (entrevista realizada no Bairro de Aldoar, Porto);*
- *“Uma ajuda, não é mais nada, (...) não me chega para os medicamentos (...) vão três vezes, quatro vezes por mês. (...)” (entrevista realizada no Bairro da Biquinha, Matosinhos);*
- *“[recebe] 50 mil escudos, só que 40 mil escudos são logo para ele [filho] fazer exames e fico com dez contos para o mês todo (...) tenho uma ajuda que é umas vizinhas minhas que moram no quinto andar e elas ajudam-me muito; às vezes levam os meus filhos lá a casa, dão-lhes de comer, fazem bolos.” (entrevista realizada no Bairro da Cruz Picada, em Évora).*

As situações acima descritas revelam ainda que as estratégias de complemento de rendimentos são um recurso (quase) incontornável na maioria dos agregados familiares dos entrevistados. Em 34 situações recenseadas quanto à origem dos rendimentos, 9 apontaram claramente para situações de complemento de rendimento da reforma com a venda ambulante (6) ou da venda ambulante com outra actividade (3).

Quer isto dizer que a complementaridade de rendimentos não só, em algumas famílias, assume o estatuto de rendimento regular que permite cobrir os encargos fixos do exercício da actividade, como, em outras, designadamente nas que têm rendimentos fixos oriundos das pensões, “cobrir” a incerteza dos ganhos na venda ambulante:

- *“Tenho uma pensão de invalidez (...) e às vezes mal da gente se não fosse isso; perdíamos o lugar nas vendas (...) Temos os lugares da venda, pago trinta e oito contos por mês. Se não fosse isso, não dava. Vinte e cinco contos eu,*

⁴⁴ Em nenhuma das situações de acumulação de rendimentos identificadas se incluem beneficiários do Rendimento Mínimo.

vinte e cinco contos a mulher. (...) Cinquenta, mas tiramos trinta e oito para pagarmos os lugares.” (entrevista realizada no Casalinho da Ajuda, Lisboa).

De facto, este tipo de estratégias encontradas nos agregados familiares dos entrevistados dá conta não só da necessidade de complementaridade entre rendimentos, mas também do declínio e da precariedade das soluções encontradas para a obtenção de rendimentos na venda ambulante.

Todavia, a venda ambulante era, na maioria dos casos, a principal fonte de rendimento familiar. Em 19 das 23 situações referenciadas – a dos próprios entrevistados e a de familiares seus - esta actividade era desenvolvida, em 11 casos, como complemento de outras fontes de rendimento e, em 8, como fonte exclusiva de rendimentos ⁴⁵.

As entrevistas realizadas permitiram ainda registar algumas alterações no que diz respeito à origem dos rendimentos. Um familiar de um dos entrevistados era ainda guia turístico e em outros agregados foram detectados 3 indivíduos que trabalhavam esporadicamente na construção civil.

Ainda, na mesma matéria, foram encontrados alguns casos de desempenho de outras actividades, provavelmente gerados pela expansão dos próprios serviços de inserção social. Foram os casos dos 2 monitores de formação entrevistados em Lisboa, do mediador social entrevistado no Porto e da referência a uma cigana auxiliar de educação.

Para muitos dos entrevistados, o acentuar da importância da venda ambulante nas actividades económicas praticadas pelos ciganos é explicada pelo facto das transformações ocorridas desde os anos 1960 na sociedade portuguesa – urbanização, industrialização, queda da actividade agrícola - terem tirado a “maior parte do negócio antigo aos ciganos”. De facto, não foram detectadas em nenhum dos 21 agregados familiares actividades económicas que, tradicionalmente, no passado eram desempenhadas por ciganos (negócio de

⁴⁵ A hegemonia da venda ambulante é um dado recente (P. MACHADO, 1994). A sua expansão fez-se sobretudo, a partir de 1974 e do crescimento da capacidade de consumo das famílias sobretudo, um determinado tipo de bens, de baixo preço e qualidade. A procura destes bens deu origem ao crescimento de um mercado de adornos domésticos e, em especial, das alcatifas vendidos em postos ambulantes nas periferias das grandes cidades e, mais tarde, ao do vestuário, muitas vezes contrafeito, procurado por camadas mais jovens e posteriormente, por outras faixas etárias.

cavalos e muares, fabricação e venda de cestaria, trabalho agrícola à jorna, compra e venda de velharias) ⁴⁶.

Por outro lado, das entrevistas ressaltou inequivocamente o carácter “economia paralela” da venda ambulante. Dos 14 entrevistados que a referenciaram como actividade, apenas quatro – menos de um terço – pagavam contribuições para a Segurança Social e somente um referiu declarar os seus rendimentos ao fisco; no que diz respeito à licença de vendedor ambulante, só 4 a possuíam.

A incerteza dos ganhos e as exigências ao nível das despesas fixas com a venda foram os argumentos mais frequentemente invocados para justificar a omissão no pagamento de contribuições ao Estado e de licenças às Câmaras Municipais.

- *“Como é que eu posso descontar se não... (...) isso mesmo, a gente não está seguros.” (entrevista realizada no Bairro de Balteiro, Vila Nova de Gaia);*
- *“... como é que eu vou descontar para a Segurança Social? Eu tenho só duas feiras, eu posso vender como posso não vender, hoje o tempo está assim, como é que eu posso descontar, é muito pouco, ainda hoje fui para a feira de Espinho e vim-me embora, que estava um temporal” (entrevista realizada no Bairro de São João de Deus, Porto);*
- *“Não, porque não me dá... tenho muitas despesas com as coisas...” (entrevista realizada em Vila Verde, Braga).*

Esta omissão na satisfação de deveres e obrigações para com o Estado, mormente o não desconto para a Segurança Social é, em algumas entrevistas, também explicada pela tradição cigana de solidariedade familiar:

- *“Eu não, só os meus pais. (...) Não, como eu sempre ajudei os meus pais e nunca me faltou nada” (Entrevista realizada no Bairro da Cruz Picada, Évora).*

No que diz respeito à articulação entre prática económica e organização familiar, todas as entrevistas revelaram uma divisão de papéis sexuais muito evidente.

⁴⁶ Das actividades ditas tradicionais, a única que têm alguma expressão é a da “leitura da sina” praticada por algumas mulheres ciganas. Em 2 ou 3 dos agregados familiares dos entrevistados, algumas mulheres mais velhas faziam-na regularmente.

- *“A mulher se conseguir trabalhar sozinha era para estar em casa a fazer as coisas ... estar ela a trabalhar num lado e eu noutra, não é grande coisa para a gente. Ganhar os cinquenta em vez de ganhar cem não é, mas os cinquenta é certo e ela faz o trabalho dela que tem que fazer e eu faço o meu. [o trabalho dela seria] Em casa, os trabalhos de casa. (...) a mulher é para estar em casa, a fazer as coisas de casa.” (Entrevista realizada no Bairro da Cruz Picada, Évora).*

Também no plano das relações da divisão de papéis entre homens e mulheres, as entrevistas revelaram que os casos de mulheres que exercem actividades independentes das do marido são raros. Estão confinadas ao trabalho conjunto com o do marido, mesmo nos casos de casais jovens e de casamentos mistos:

- *“Ao casar com um cigano, ela sabe que não anda em emprego nenhum, tem que ir para a venda.” (entrevista realizada no Bairro das Galinheiras, Lisboa).*

Outra das evidências dos efeitos da “modernidade incompleta” da sociedade portuguesa sobre a população cigana revelada pelas entrevistas realizadas está, como foi já referido no ponto anterior deste capítulo, associada aos baixíssimos níveis de escolaridade, com efeitos visíveis nas novas gerações, mais escolarizadas é certo, mas ainda muito marcadas pelo abandono escolar, agravado nas raparigas.

Os baixíssimos níveis de escolaridade não só têm repercussões nas possibilidades de entrada no mercado de trabalho, como também dificultam o acesso à qualificação profissional que, na maior parte dos casos, exige a escolaridade básica. Dos 21 entrevistados, apenas 2 mencionaram ter frequentado cursos de formação profissional, havendo ainda 3 referências a familiares que o teriam feito.

Todavia, apesar desta “performance”, as atitudes face à formação por parte dos nossos entrevistados foram bastante favoráveis. Às justificações da necessidade da frequência de formação profissional associaram de forma veemente a percepção do declínio e a precariedade da venda como modo de vida:

- *“...darem cursos para o futuro para ver se não vão só para mercados” (entrevista realizada no Bairro da Cruz da Picada, Évora);*
- *“Eu acho que sim (que se deveriam promover cursos de formação noutras áreas), porque se um dia mais tarde se acabassem, já tínhamos alguma*

profissão, alguma coisa que nós soubéssemos fazer para seguir para a frente, depois para não estarmos a começar de novo, assim para começar já tínhamos outra coisa.” (entrevista realizada no Bairro da Cruz da Picada, Évora);

- *“Acho que a nível da formação deveriam desenvolver-se cursos para estas crianças poderem trabalhar.” (entrevista realizada no Rio Seco, Lisboa);*
- *“Qualquer ofício dá mais que a venda, agora a venda já não dá nada.” (entrevista realizada no Casalinho da Ajuda, Lisboa);*
- *“Para tirar e eu penso que é importante se o cigano quer ser alguém no futuro e é por aí que tem de começar, não é? Porque não vai ser só pelas feiras, as feiras estão a acabar isso é obvio vão acabar e os cursos podem fazer com que os ciganos frequentem os cursos para tirarem uma nota suficiente para trabalharem naquilo que eles querem. Que é importante se eles querem ter futuro têm que começar por aí, pelo menos na minha perspectiva penso assim, não é?” (entrevista realizada em Braga-Centro);*
- *“o povo cigano está limitado ao negócio da feira e da venda ambulante, praticamente mais nada e se houvessem outras alternativas seria bom” (Entrevista na Ilha dos Quatro Olhos, Vila Nova de Gaia).*

A noção do declínio da venda estará porventura na base de uma nova postura dos ciganos mais jovens face ao mercado de emprego, como indiciam, por exemplo, as aspirações profissionais de algumas das mulheres mais jovens entrevistadas. O corte e costura, o ofício de cabeleireira e os serviços indiferenciados como as limpezas e o ensino surgem como aspirações mais ou menos recorrentes no discurso das entrevistadas, tendo mesmo uma afirmado que gostaria, “se não fosse cigana”, de estudar Direito:

- *“Se não fosse cigana e estudasse, gostava de estudar Direito”. (entrevista realizada no Rio Seco, Lisboa).*

Outras áreas que para as entrevistadas surgem como vias úteis e interessantes para os ciganos são a construção civil e o turismo (guia turístico). Apenas 2 das entrevistadas mais jovens manifestaram o desejo de manter a venda como actividade profissional, ainda que alterando as condições do seu exercício, isto é, passando a vender numa loja ou tendo mais dinheiro para investir em mercadorias:

- *“Eu gostava de ter uma casa, uma casa decente (...) muito dinheiro para ir para as feiras ... para sair da miséria, não passar fome, isso é que era bom. Era bom que nos desse o dinheirinho para nós vivermos assim... e ir para as feiras,*

comprar muito material, isso é que era bom.’ (entrevista realizada em Vila Verde, Braga).

Os homens entrevistados, ao contrário das mulheres, manifestaram de forma vincada o desejo de continuidade nas actuais actividades. As suas principais aspirações prendem-se com alterações das condições de exercício da actividade da venda, no sentido da sua viabilização, nomeadamente a de poderem dispor de um espaço físico, como uma loja ou uma banca (“um lugar certo”) para fazerem comércio.

- *“Se pudesse ter lugar certo, gostava de ter esta profissão (...) Quero uma banca, só isso” (entrevista realizada na Buraca, Lisboa);*
- *“[Gosta mais] Das feiras porque é uma coisa mais limpa” (entrevista realizada em Vila Verde, Braga).*

De entre os homens que se manifestaram relativamente a projectos ou aspirações profissionais, apenas 3 se referiram a outras profissões que não a venda. Ainda que estes pertençam a uma faixa etária abaixo dos 30 anos, a idade não parece aqui uma variável relevante na explicação de uma maior ou menor abertura a actividades para além da venda, uma vez que encontramos também jovens com cerca de vinte anos que mostraram o seu desejo de continuar na actividade das vendas.

Dir-se-ia que, entre os entrevistados do sexo masculino, prevalece a necessidade de frequência da escola e de contacto e experiência do exercício de outras actividades como factores de abertura a novas áreas profissionais, como, aliás, foi referido por dois monitores de formação e um mediador de etnia cigana por nós entrevistados.

Aliás, a opção por outras profissões é, para a maior parte dos ciganos entrevistados, uma ‘segunda escolha’, motivada por constrangimentos exteriores à sua vontade e que se prendem com o declínio da venda ambulante nos moldes em que actualmente a praticam.

De facto, a venda ambulante nos moldes em que é praticada – nas feiras, porta a porta ou pelas ruas das cidades; vestuário contrafeito, quinquilharias – é, para quase todos os entrevistados apresentados, como uma “necessidade” derivada de constrangimentos seculares que impuseram aos ciganos a itinerância e o nomadismo.

Todavia, apesar de não termos registado um único caso efectivo de itinerância/nomadismo nos agregados familiares dos entrevistados, esta não deixou de constituir um elemento importante da identidade dos entrevistados. Nas entrevistas realizadas apareceu frequentemente, “misturada” quer com afirmações enfatizadas do “natural” desejo de liberdade dos ciganos, quer como “prova provada” da “canga” a que todos os ciganos estão sujeitos.

- *“Os meus pais continuam a fazer essa vida [a venda] e eu tenho de continuar a fazer a vida dos meus pais, tendo assim de ser, porque é uma coisa que a gente trabalha por conta própria. (...) Acho que sim, [é difícil adaptar-se a outras profissões]” (entrevista realizada no Bairro da Cruz Picada, Évora).*
- *“Os ciganos não gostam de ser mandados. “Pá, vai para aqui, tu vem para aqui”, isso vareia-lhes a cabeça. (...) [Agora há] Mais ciganos a trabalhar por conta de outrem por causa, se calhar, da evolução do Rendimento Mínimo, de ‘acordarem’ e dizerem “vamos fazer mais alguma coisa que só a venda não dá” (entrevista realizada no Bairro das Galinheiras, Lisboa).*
- *“O modo de vida do cigano é a venda. (...) Agora o Rendimento Mínimo acho que anda a mandar trabalhar.” (entrevista realizada no Bairro das Galinheiras, Lisboa).*
- *“(...) os ciganos vivem do vender. Já tem muitos anos, o cigano compra e vende. Há quem trabalhe na construção civil, os rapazes, marceneiros, algumas de nós são mulheres a dias, mas antigamente não, era mais a venda” (entrevista realizada no Rio Seco, Lisboa).*
- *“nós já crescemos a vender, aquilo está no nosso sangue, se me perguntar “queres um lugar fixo a ganhar 200 contos ou estar numa banca a ganhar 100 contos? “ Preferimos estar numa banca. Nasce connosco.” (entrevista realizada no Bairro da Buraca, Lisboa).*
- *“Bom, isso [de os ciganos venderem sobretudo nas feiras] já vem dos anos que... dos anos, dos anos quinhentos, não é? Dos anos quinhentos porque eles não conseguiram outros trabalhos a não ser as feiras. Porque se a população aceitasse os ciganos como cidadãos, se visse como pessoas normais, por exemplo, se dessem emprego aos ciganos como davam aos outros na altura, não se via cigano na feira. (...) Eu penso que sim, que muitos deles já escolhiam outras coisas.” (entrevista realizada em Braga-Centro).*
- *“Acho que é um pouco o que vem dos pais, dos antepassados... já se sabe que é para aquilo. E também as poucas oportunidades que lhes dão também os leva a tomar essa escolha, não é? Se houvessem outras oportunidades as pessoas optariam por outros sítios. Muitas vezes converso com jovens ciganos que*

pensam um dia ser bancários, médicos e outras coisa” (entrevista realizada na Ilha dos Quatro Olhos, Vila Nova de Gaia).

- *“Bem, há ciganos agora que até trabalham ... (...) o meu filho (...) tirou dois cursos (...) mas o meu filho diz que quer trabalhar, que se arranjasse emprego ... mas os ciganos é só feirantes. Acho que o cigano nasceu para isso, prontos, para feirantes. (...) Não [não é porque não haja outras hipóteses], gostamos. (...) Porque os ciganos ...é só mesmo para a feira” (entrevista realizada no Bairro São João de Deus, Porto).*
- *“A vida dos ciganos é esta, nem todos os ciganos, alguns ciganos têm trabalho próprio” (entrevista realizada no Prado, Braga).*

Finalmente, importa ainda neste ponto referir a questão das expectativas dos entrevistados em relação às novas gerações (filhos, netos). Na sua larga maioria, os entrevistados não desejam que os descendentes continuem nas mesmas actividades e em todos os testemunhos existe, apesar da “má ideia” que fazem da escola (ver, ponto anterior deste capítulo), uma valorização discursiva da mesma. Para quase todos, passa pela escola a possibilidade dos descendentes terem um “trabalho limpo”.

- *“Não sei, para já não tenho, não estou a pensar nisso, mas olha ao gosto deles crescerem, ao gosto deles, mas os estudos são para ir até ao fim, isso sem dúvida nenhuma.” (entrevista realizada em Braga-Centro).*
- *‘Estou a fazer para ser melhor [o futuro dos filhos], para ele ter um curso, não quero que venda, quero que estude...’ (entrevista realizada na Buraca, Lisboa).*
- *“Se os meus filhos tivessem estudado e eu pudesse eu queria os meus filhos empregados em qualquer emprego, só que eles também mandam. Depois de serem grandes também passam a mandar.” (entrevista realizada no Casalinho da Ajuda, Lisboa).*
- *“A vida dos ciganos é esta, nem todos os ciganos, alguns ciganos tem trabalho próprio, e eu espero que os meus filhos tenham um trabalho próprio para ganharem a vida, para manter a casa deles, que eu sei que o curso deles, o curso que eles estão a fazer que...” (entrevista realizada no Prado, Braga).*
- *“Adorava que os meus netos continuassem a estudar para apanhar um bom emprego, porque a vida de cigana de aqui para a frente não deve ser muito boa, gostava que tivessem um futurozinho para eles.”. (entrevista realizada no Bairro da Cruz Picada, Évora).*

Apenas num dos casos o pai assume que prefere que os filhos sigam as trajetórias tradicionais entre os ciganos, ainda que equacionar a situação contrária não parece perturbá-lo muito.

- *“Espero que eles continuem sempre a fazer as mesmas coisas, a seguir as mesmas regras, mas se fugirem às regras é igual” (entrevista realizada no Bairro da Cruz Picada, Évora).*

Todavia, relativamente às aspirações concretas para a nova geração, as afirmações variaram entre uma actividade alternativa e um desejo pouco definido: “trabalhar’ em vez de vender”; tirar um curso, serem advogados (‘grandes advogados’), professores (‘grandes professores’) e engenheiros.

- *“Depois a mentalidade deles está preparada para os ciganos de agora, prontos, eles não querem vender, até aí está tudo bem, a menina diz ‘Oh mãe, quando for grande eu quero ser advogada” e eu disse “Isso é bom” (entrevista realizada em Lisboa).*
- *“Sim, mas não digo que o meu filho quando mais tarde trabalhar não estude, se o meu filho quiser, mas se continuassem a estudar e se quisessem trabalhar não me importava, há ciganos a trabalhar...Não sei, não sei [qual a profissão que gostaria que os filhos tivessem]” (entrevista realizada no Bairro São João de Deus, Porto).*
- *“Gostava, gostava...[que seguissem até Ensino Superior] Grandes professores, grandes médicos, não é? Gostava que elas fossem... não é?” (entrevista realizada em Vila Verde, Braga).*
- *“Gostava muito que o meu neto mais velho fosse ou engenheiro ou advogado.” (entrevista realizada no Bairro da Cruz Picada, Évora).*

4 – Residência, Percursos Residenciais e Condições de Habitação

A visão, em simultâneo "romântica" e discriminatória com que vulgarmente é imaginada a relação das comunidades ciganas com o espaço residencial – andam de terra em terra em coloridas carroças!; fazem tanto barulho que mesmo ainda a vários quilómetros de distância sabemos logo que vêm aí os ciganos!; ocupam as melhores e maiores casas dos bairros sociais! – é contrariada pela realidade com que nos deparamos nas nossas entrevistas.

A realidade patenteada nas nossas entrevistas aponta para duas direcções: a da total sedentarização dos entrevistados e dos respectivos agregados familiares; a das más condições de habitação da larga maioria das famílias dos entrevistados.

Residência e Percursos Residenciais dos Entrevistados

Como se pode verificar pelo Quadro 8, a grande maioria dos entrevistados nunca deixou de morar na cidade, nas imediações/na localidade onde nasceu. Dos 18 em 21 entrevistados que residem actualmente na localidade/nas imediações da localidade de nascimento, 1 vive no bairro onde nasceu, 12 mudaram de Bairro dentro da mesma cidade e 5 regressaram ao local de nascimento depois de terem vivido noutras localidades. Só 3 entrevistados residem actualmente fora do local/das imediações do local de nascimento.

Quadro 8

Percursos Residenciais dos Entrevistados

Percursos residenciais	Nº entrevistados
Moram na cidade/localidade/imediações da localidade onde nasceram	13
Moram na cidade/localidade/imediações onde nasceram, mas já moraram noutras localidades	5
Moram actualmente fora do local onde nasceram e já moraram noutras locais	3
TOTAL	21

As razões mais apontadas para a mudança de bairro foram, por um lado, o casamento com parceiros que habitavam em outros bairros e, por outro, os

realojamentos promovidos pelas Câmaras Municipais e, mais recentemente, pelo PER - Plano Especial de Realojamento promovido pelo Instituto Nacional de Habitação (INH) em parceria com o Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado (IGAPHE). As razões dadas pelos 5 entrevistados que regressaram à localidade de nascimento depois de terem residido noutras locais prendem-se com a procura de melhoria das condições profissionais.

Dos 8 entrevistados que tiveram alguma mobilidade geográfica, 4 deles chegaram mesmo a sair do país: 2, por questões profissionais, rumaram a Angola e a Sevilha e 2, por motivos familiares e profissionais, residiram algum tempo em Madrid ⁴⁷.

Finalmente, os 3 entrevistados residentes fora da localidade natal residem nos locais actuais há bastante tempo: 10, 20 e 22 anos respectivamente.

Todos os entrevistados possuem actualmente residência fixa e, como qualquer outro cidadão, só se ausentam durante o dia para ir trabalhar. Mesmo os feirantes fazem normalmente as feiras em zonas circundantes à sua residência para, nas suas palavras, poderem regressar todos os dias a casa. Mesmo que tenham de visitar algum fornecedor mais distante, procuram "resolver" tudo no mesmo dia.

Sobre a vida nómada, apenas nos deparámos com um caso: o da entrevistada que, depois de alguns anos a morar em diferentes acampamentos – em Braga, Matosinhos e Vila Verde e de uma passagem por um estabelecimento prisional ⁴⁸ - habita desde há já alguns anos uma vivenda no Prado (Braga):

- *"O meu pai andava com uma carroça e com um cavalo pelo mundo fora (...) a minha mãe ganhava a vida a ler a sina e a pedir pelas portas (...) O pai do meu homem também era muito pobre, não é? Mas tinha muitos cavalos, era negociante de cavalos o meu sogro... era um presente que nos deu. Como não tinha nada para nos dar, deu-nos um burro, só que... um burro e uma carroça para ganharmos a vida (...). Eu e o meu homem andávamos os dois novinhos pela estrada fora (...). Ele 17 e eu 12, andávamos aí os dois pela estrada fora, eu e o meu homem de qualquer maneira. O meu homem andava aos vimes, fazia cestos e era assim que a gente ganhava a vida".*

⁴⁷ Uma das entrevistadas ainda vai frequentemente a Madrid, cidade onde reside o marido. O marido é pastor da Igreja Evangélica.

⁴⁸ O marido encontra-se actualmente preso.

Condições de Habitação dos Agregados Familiares dos Entrevistados

O problema da habitação é considerado, por muitos dos entrevistados, como um dos maiores problemas das comunidades ciganas na actualidade. De facto, os agregados familiares de muitos dos entrevistados vivem em bairros de barracas, em habitações sociais de bairros degradados ou em apartamentos sobrelotados de bairros sociais novos, uma situação que é real e que obviamente tem consequências a diferentes níveis: condições de higiene, discriminação social, ausência de condições para as crianças estudarem, etc.

Neste sentido, a habitação foi algo que recorrentemente nas entrevistas foi afirmado como o “problema cigano” que mais urgência tem em ser resolvido/ melhorado – a sua solução ajudaria a criar as condições mínimas para resolver alguns outros problemas igualmente prementes:

- *“É muito importante, porque as pessoas querem que o povo cigano viva de cabeça levantada e acho que isso é um princípio, higiene... enfim, a pessoa pelo menos ter uma casa digna de se poder chamar as pessoas e de viver” (entrevista realizada na Ilha dos Quatro Olhos, Vila Nova de Gaia).*

Quadro 9

Tipo de habitação e condições de habitabilidade

Habitação social, com pagamento de renda ⁴⁹					Barraca	Ilha ⁵⁰	Vivenda				
Boas condições, com todas as infra-estruturas básicas							Más condições, com todas as infra-estruturas básicas	Isolada	Bairro Social		
T0	T1	T2	T3	T4					T1	T2+1	T3
1	1	3	2	1	1	1	4	3	1	1	1
Total -					21						

⁴⁹ As rendas são pagas às Câmaras Municipais e variam entre os 400\$00 (2 euros) e os 5 000\$00 (25 euros).

⁵⁰ Construção típica do Grande Porto, “bairros” com acesso à rua, que se escondem atrás das fachadas das casas com frente para a rua e cuja entrada é feita por um portão que dá acesso a um beco estreito e íngreme. Historicamente, foram agrupamentos de casas construídas com o intuito dos “Senhores” alojarem os seus empregados nas traseiras das suas casas.

A (boa) leitura do Quadro 9 exige que seja feita cruzando os “números” com outras informações sobre a habitação fornecidas pelos entrevistados. Só assim nos podemos aperceber da real dimensão do problema da habitação nas comunidades ciganas estudadas.

O primeiro facto a realçar é que, dos 21 entrevistados, apenas os agregados familiares de 3 deles “são proprietários” das suas habitações:

- Um agregado, residente no Prado (Braga), possui legalmente o terreno onde construiu a sua barraca e a dos seus familiares – um terreno sombrio, encostado a um eucaliptal e sem qualquer infra-estrutura. O entrevistado comprou o terreno por 2.500 contos (12.500 euros) e construiu nele a barraca onde mora com a mulher e quatro filhos. No mesmo terreno existe ainda uma segunda barraca onde dorme o pai do entrevistado, uma terceira barraca onde moram um filho e a mulher e um casinhoto com uma sanita e um chuveiro improvisado. Ainda no mesmo terreno, existe uma construção de tijolo inacabada que se destina ao filho casado mas que, por falta de condições económicas, está longe de estar acabada.

A barraca do entrevistado é a maior, porém “sem divisões”, com as paredes em tijolo e o telhado em zinco (por onde chove). Este espaço, apesar das condições precárias, apresenta razoáveis condições de coexistem a cozinha (bancada, fogão, frigorífico, mesa), a sala (sofás, televisão) e o dormitório (duas camas de casal, guarda-roupa).

- Um entrevistado reside na barraca que comprou ao antigo dono, no Casalinho da Ajuda, Lisboa.

“A gente mora numa miséria. Ainda esta noite, era água por todo o lado. Molhou-me as mantas todas (...) aquilo é uma vergonha, uma miséria.”

- O agregado de um entrevistado mora num bairro social em Lisboa, onde “comprou a chave” do apartamento à antiga residente.

Das entrevistas realizadas infere-se também que muitas das barracas, casas e apartamentos estão não só sobrelotados, como também em mau estado. Alguns dos agregados familiares defrontam-se ainda com litígios acerca de “direitos”, havendo mesmo um caso de acção de despejo a correr:

- Um entrevistado que mora num T0 vive com a esposa e 3 filhos;
- Uma das entrevistadas mora num T2, com o marido, 2 filhos, 4 netos e 1 genro, ou seja, um total de 9 pessoas;
- Um dos entrevistados, que vive num T3 em bom estado de conservação, está sob uma acção de despejo;
- A entrevistada que vive numa casa independente, pertencente a um amigo, não consegue resolver a situação legalmente;
- A larga maioria dos entrevistados residentes em bairros sociais, mesmo os que consideram a sua casa em bom estado de conservação, queixam-se de problemas de infiltração e humidade derivados da má qualidade da construção;
- Os entrevistados que vivem num dos bairros sociais composto por vivendas independentes queixam-se da má qualidade da construção, das reduzidas dimensões das divisões e da forma como estão construídas as casas (em altura, praticamente com uma divisão em cada piso);
- Um entrevistado que reside num T4 de um bairro social só conseguiu ter uma casa desta tipologia porque uniu a sua casa à da mãe;
- O entrevistado que vive numa casa situada na "Ilha" dos Quatro Olhos (Vila Nova de Gaia) só tem uma divisão e, como tal, utiliza a cozinha e o quarto-de-banho da casa dos pais que residem na mesma "Ilha".

Uma outra queixa recorrente dos entrevistados residentes nos novos bairros sociais prende-se com os processos de realojamento promovidos pelas Câmaras Municipais e pelo PER: raramente as famílias foram ouvidas durante os processos de realojamento e, quando o foram, raramente lhes foi concedido o que pediram; só excepcionalmente foram satisfeitos os pedidos de maior área..

De facto, mesmo que os entrevistados residentes nestes novos bairros sociais ou que aguardam realojamento ou que vieram de bairros de barracas e foram realojados em apartamentos, considerem que a situação melhorou/está a melhorar, não deixam de tecer fortes e “inflamadas” críticas à forma e ao

modo como decorreu/decorre a tramitação dos realojamentos. As queixas são inúmeras e as denúncias de injustiças cometidas na distribuição das casas pelos “técnicos” e mesmo por “aldrabices” de membros das comunidades ciganas são frequentes.

Finalmente, no que diz respeito às condições de vida no local de residência (acessos, infra-estruturas, relações de vizinhança, segurança), algumas entrevistas deixaram transparecer não só um sentimento de “relegados” para o “piores local do mundo”, como também de dificuldades no relacionamento com os vizinhos, em especial com os vizinhos não ciganos.

No que se refere às questões gerais da zona de residência (acessos, equipamentos), das 16 repostas obtidas, 11 são no sentido da zona de residência estar bem servida de equipamentos (escolas, centros de saúde, associações, abastecimento de água). Dos 21 entrevistados, 11 gostariam de ir viver para outra zona e 10 gostariam de continuar na zona onde já habitam. De entre os principais motivos apontados para mudar de zona de residencial encontram-se os ligados à insegurança e à “má imagem que dá aos ciganos”, o tráfico e consumo de droga no local actual de residência, a degradação e o mau estado de conservação das casas, as más condições de acessibilidade e as más relações com alguns vizinhos:

- *“Eu queria sair daqui o mais rápido possível (...) um tiro pode passar pela janela... a droga... por exemplo, eu posso passar muito bem em certas partes, mas há pessoas que ali à noite já não se atrevem a passar (...) às vezes apanho um táxi e não me levam até às Galinheiras...deixam-me na Charneca”. (entrevista realizada no Bairro das Galinheiras, Lisboa);*
- *“Com a chuva temos que entrar de galochas para casa” (entrevista realizada no Bairro São João de Deus, Porto);*
- *“Os principais problemas aqui do Bairro é o acesso. Em primeiro é o acesso, não é? Se subimos por ali temos de subir em 1ª. Imagine as nossas esposas carregadas do supermercado, são coisas que já estão ultrapassadas, essas coisas já são coisas que estão ultrapassadas há cerca de 10 anos (...) O 2º problema é que esqueceram-se de fazer umas guias, pelo menos uns passeios para os peões, é só estrada, não sei se reparou, é só estrada, podiam fazer ao menos um acesso, ou um escadote, imagine a minha mãe. A minha mãe tem 90 anos e tem que ir por aquela ribanceira abaixo” (entrevista realizada no Bairro do Picoto, Braga);*
- *“Porque precisou do terreno (...) porque somos ciganos e ele disse: Vamos mas é despachá-los daqui. E pensavam que nós éramos o quê? Canibais?”*

Mudaram-nos para uma zona isolada, no meio de uma pedreira.” (entrevista realizada no Bairro do Picoto, Braga ⁵¹).

Acessoriamente, um outro motivo para quererem mudar de local de residência tem a ver com o desejo de não viverem só entre ciganos, uma realidade que, aliás, não é significativa. Dos 21 entrevistados, 18 residiam em bairros mistos (ciganos, não ciganos) e só 3 em bairros exclusivamente ou quase exclusivamente habitados por ciganos (Picoto e Prado, em Braga; Seixo, em Matosinhos).

- *“As pessoas daqui já me conhecem, os vizinhos daqui é como se fossem da minha família, eles gostam muito de nós (...) Quando há muitos ciganos há barulhos e confusões e tudo” (entrevista realizada no Prado, Braga);*
- *“Eles brigam por brigar e eu quero estar de fora” (entrevista realizada no Bairro do Seixo, Matosinhos).*

Todavia, a posição destes 2 entrevistados é, em muito, matizada pelo generalizado “orgulho de ser cigano”. De facto, mesmo que nalgumas entrevistas se constatem posturas mais críticas face a algumas das tradições e comportamentos dos ciganos, imperou nas afirmações de todos os entrevistados, para além da repetida afirmação de que têm um grande orgulho em ser ciganos, sobretudo a valorização manifesta de práticas e valores ciganos, casos, entre outros, da solidariedade grupal, da forte união das famílias na doença, na morte e no casamento e do respeito pelos mais velhos:

- *“Gostamos de ser ciganos, o cigano é muito bonito” (entrevista realizada no Bairro São João de Deus, Porto);*
- *“Eu posso andar no meio de pessoas que não são ciganas, vestir-me mais ou menos, em tudo, mas nunca poderei dizer mesmo, mesmo, que não sou cigana, porque eu sou e já não saberia viver de outra maneira” (entrevista realizada no Bairro de Balteiro, Vila Nova de Gaia).*

51 O Bairro do Picoto foi construído para realojar um conjunto de famílias ciganas que moravam debaixo de uma ponte. Apesar de terem pedido para serem “misturados” em bairros e prédios da cidade de Braga, a Câmara não acedeu.

5 – Saúde e Condições de Acesso aos Cuidados de Saúde

Ao contrário do que seria de esperar, tendo em consideração as informações disponibilizadas pela bibliografia utilizada sobre matéria de saúde no II Capítulo, a quase totalidade dos entrevistados encontra-se inscrita nos centros de saúde da área de residência. Dos 21 entrevistados, 20 disseram que eles e os restantes membros do seu agregado familiar recorrem habitualmente aos centros de saúde e, só em situações de urgência, directamente aos hospitais da residência.

No que diz respeito à vacinação de crianças (filhos e netos pertencentes ao agregado familiar), as 10 entrevistadas ⁵² afirmaram ter todos os filhos/netos vacinados, ainda que 2 tenham respondido não terem os seus descendentes todas as vacinas em dia ⁵³.

Todavia, apesar deste aparente “cumprimento” das indicações dos serviços de saúde, as relações dos entrevistados com os serviços públicos de saúde não são isentas de inúmeras críticas ao seu funcionamento e, num caso, ao seu “anti-ciganismo”:

- *“Há dois anos tive um acidente (...) levaram-me para a sala de emergências e estou assim de costas para a porta e ouço uma voz de mulher «Eu tinha nojo de por a mão em cima desse cigano» (...) Gostei da atitude da médica «Eu aqui os pacientes atendo-os todos de maneira igual, se tu não estás bem sais daqui para fora». E ela coseu-me, mas coseu-me péssimo (...) eu queria fazer um processo lá para o hospital, mas como eu não sabia quem era a mulher...” (entrevista realizada em Braga-Centro).*

Ainda em relação à forma de atendimento nos serviços de saúde, 8 dos entrevistados responderam ser sempre bem atendidos e 6 afirmaram serem umas vezes mal e outras vezes bem atendidos. Destes 6 entrevistados, 4 afirmaram que o facto de serem mal atendidos não tinha a ver com o facto de serem ciganos, mas sim com o mau funcionamento do sistema de saúde

52 Só as entrevistadas do sexo feminino foram capazes de dar informações quanto à vacinação de crianças.

53 Uma das entrevistadas tinha, contudo, uma visão totalmente diferente: as famílias ciganas que recorrem regularmente ao médico de família ou tem as vacinas em dia são uma excepção; apenas recorrem aos médicos ou aos hospitais em último recurso

(atraso dos médicos nas consultas, alto preço dos médicos particulares ⁵⁴, burocracia, más condições dos centros de saúde, listas de espera, andar de um serviço para outro).

Também do ponto de vista do recurso aos serviços, e apesar da afirmação por parte de quase todos os entrevistados de que eles e os membros dos seus agregados familiares estão inscritos no centro de saúde da área de residência, em muitas das entrevistas ficou patente o carácter esporádico e de último recurso da ida ao médico. O “auto-diagnóstico” e a automedicação, o recurso ao hospital “já nas últimas” e a atribuição de doenças a causas “externas” são, como é possível deduzir dos excertos de entrevistas abaixo transcritos, ainda correntes:

- *“Porque são assim «isto deve ser uma dor de cabeça»; se é uma criança «isso é um problema de nervos, deixa-os andar»; incluso epilepsia «isso não é nada, é normal»” (Entrevista realizada no Bairro de Balteiro, Vila Nova de Gaia);*
- *“Sou um bocado doente da cabeça (...) às vezes dá-me umas coisas na cabeça que até caio (...) tomo uns calmantes mas é já da maneira de ser criado, desde pequenino que sou muito nervoso (...) os calmantes é do meu pai (...) comecei a tomar e sinto-me bem com eles” (Entrevista realizada no Bairro São João de Deus, Porto);*
- *“Eu para ir tenho que estar mesmo morta (...) mesmo assim quando estou doente curo-me sozinha sem remédio nenhum” (Entrevista realizada no Prado, Braga);*
- *“A minha mãe era uma pessoa muito bonita, educada, humilde, mas muito educada (...) e depois o meu pai gostava muito de mulheres (...) depois gostou de uma cigana e a minha mãe ao ver aquilo tudo ficou muito chocada por dentro, ficou muito revoltada com aquilo tudo (...) ela apanhou um choque muito grande do coração, ela ficou muito doente e deu-lhe uma trombose e morreu passado um tempo, mas foi do desgosto que ela apanhou por conta do meu pai (...) porque na nossa raça é assim, quando um homem fica com outra mulher nós ficamos, Deus me livre! Eu ficaria doente, ficaria maluca...” (Entrevista realizada no Prado, Braga).*

⁵⁴ Uma situação que não impede que, por vezes, mobilizando a solidariedade familiar, a eles recorram, mesmo deslocando-se ao estrangeiro. “A primeira vez foi operado aqui no Porto e não tiveram muito sucesso, mas tínhamos familiares em Espanha, em Barcelona e apoiaram-nos e ajudaram-nos.” (entrevista realizada na Ilha dos Quatro Olhos, Vila Nova de Gaia).

Das entrevistas realizadas foi ainda possível construir um quadro, Quadro 10, referente a doenças, formalmente diagnosticadas nos agregados familiares dos entrevistados.

Quadro 10

Doenças Detectadas nos Agregados Familiares dos Entrevistados

Tipo de doença	Nº Indivíduos
Asma e bronquite	3
Paraplégico	1
Diabetes	2
Colesterol e Tensão Alta	1
Problemas cardíacos	1
Tumor cerebral	1
Alcoolismo	3
Toxicod dependência	3
Perturbações nervosas	5

O teor das entrevistas que permitiram fazer o quadro acima referido autorizam ainda, a título meramente informativo, as seguintes considerações:

- as perturbações nervosas foram sempre apontadas pelos próprios ou pelos familiares de forma vaga: *“Sou muito nervoso”; “Esta não é muito boa da cabeça”; “Às vezes dá-me umas coisas”;*
- nenhum dos alcoólicos procurou qualquer tipo de ajuda – o alcoolismo não visto como problema de saúde;
- a toxicod dependência é progressivamente vista pelos ciganos também como um problema (sério) de saúde - um dos toxicod dependentes não se quer tratar, mas a entrevistada (esposa) afirmou fazer análises regularmente a si própria e aos seus filhos e manter as vacinas em dia; outro fez vários tratamentos em CAT’s e encontrava-se, nas suas palavras, “quase “limpo” (*“O que eu não tinha era juízo, era como o António Variações que cantava «quando a cabeça não tem juízo o corpo é que paga»”*), (entrevista realizada no Bairro do Picoto, Braga).

De facto, a toxicod dependência é um dos problemas que mais preocupa as comunidades ciganas, quer pela desestruturação familiar e social que provoca,

quer pelo incentivo aos preconceitos da sociedade maioritária que tende a ver o cigano sempre como traficante e nunca como consumidor:

- *“A droga é um problema muito grande na comunidade cigana, costuma-se dizer que a droga é a lepra do século XX e o povo cigano não foge à regra (...) porque é uma juventude muito atirada para as coisas do mundo e por detrás do álcool e das discotecas às vezes vem a droga e os problemas e as brigas e depois «foram os ciganos que partiram o café, foram os ciganos que provocaram a briga»” (entrevista realizada na Ilha dos Quatro Olhos, Vila Nova de Gaia).*

6 – Justiça, Conhecimento de Direitos e Acesso à Justiça

Para todos os entrevistados, falar de justiça é (quase só) falar da polícia, isto é, todos os 21 entrevistados privilegiaram a descrição (crítica) das formas de actuação das forças policiais em relação aos ciganos, por exemplo, no desempenho dos tribunais ou nas decisões de juizes nos casos que envolvem ciganos. Alguns dos entrevistados confundem mesmo os papéis de uns e de outros.

Por outro lado, apesar de falarem muito da actuação da polícia, só 15 dos 21 entrevistados responderam directamente a perguntas concretas sobre a actuação da polícia em relação aos próprios e a outros ciganos: já tinham tido problemas com a polícia, sabiam de casos de discriminação de ciganos pela polícia, já tinham sido discriminados pela polícia. Dos 15 entrevistados, 4 afirmaram (sem mais) nunca ter tido problemas com a polícia, 5 afirmaram nunca ter tido problemas mas conhecerem inúmeros casos de discriminação e 6 declararam ter tido problemas com a polícia e terem sido discriminados por serem ciganos.

No caso dos 11 entrevistados que afirmaram conhecer casos de discriminação ou terem eles próprios sido discriminados pela polícia, a maioria foi entre os entrevistados do Porto e de Braga, que referiram sempre o caso do cigano do Bairro de Aldoar morto numa esquadra de polícia ⁵⁵:

- *“Como aquele caso daquele cigano que mataram e foram os polícias e as pessoas dizem que foi feita justiça? E se fosse um da vossa raça que os ciganos matassem já não era justiça, pois não? (...) se fosse um cigano que matasse tinha 25 anos de cadeia (...) acho que foi uma actuação que foi racista e pronto” (entrevista no Bairro S. João de Deus, Porto);*
- *“É uma injustiça [falando do caso do Bairro do Aldoar]; a questão é a gente dizer que com a lei, a justiça, não podemos contar (...) ameaçaram a própria juíza, foi por isso, porque não houve associação (...) não houve ali um cigano que batesse o pé” (entrevista realizada no Bairro de Balteiro, Vila Nova de Gaia);*
- *“Os ciganos são mais discriminados, quando é mau é sempre o cigano, é sempre o cigano” (entrevista realizada em Vila Verde, Braga).*

⁵⁵ Polémica era forte na altura das entrevistas: os polícias tinham acabado de ser libertados.

Todavia, no plano das relações polícia-justiça-ciganos, dois entrevistados – uma de Vila Nova de Gaia, outro de Lisboa – expressaram uma opinião diferente da maioria dos outros entrevistados:

- a entrevistada, não pondo em dúvida a opinião generalizada de discriminação dos ciganos, declarou que também a polícia diferencia ciganos uns dos outros:

“É uma injustiça porque se houver muito dinheiro o cigano vence, se não houver o cigano não vence” (entrevista realizada no Bairro de Balteiro, Vila Nova de Gaia);

- o entrevistado, que disse nunca ter tido problemas com a polícia, afirmou:

“A polícia não se mete com ninguém desde que não lhe falem ao respeito” (entrevista realizada no Casalinho da Ajuda, Lisboa).

Segundo os entrevistados, os problemas com a polícia prendem-se com dois grandes motivos: venda ambulante sem autorização e tráfico de droga. Dos 6 entrevistados que declararam ter tido problemas com a polícia - vide também, em 2 casos, com a justiça, 4 disseram que foi por venda ambulante, 1 por tráfico de droga e venda ambulante e 1 por tráfico de droga.

No que diz respeito à repressão da venda ambulante pela polícia, as opiniões dividem-se. Para uns, a polícia persegue qualquer vendedor ambulante:

- *“...havia de olhar mais a quem anda a governar a vida honradamente para dar de comer aos filhos (...) se ponho a caixinha no meio da rua, com meia dúzia de calças é porque realmente preciso (...) e eles não olham, tiram tudo” (entrevista realizada no Bairro da Biquinha, Matosinhos).*

Para outros, o facto do vendedor ser cigano “ainda piora mais” a actuação da polícia:

- *“Se for uma «pessoa normal» que esteja a vender peúgas, não lhes dizem nada, outras pessoas que vêm de outros países e que andam com carpetes ao ombro e tudo, não lhes dizem nada, se formos nós que somos portugueses é logo tirar tudo” (entrevista realizada na Buraca, Lisboa).*

Contudo, no que concerne aos problemas com a polícia por causa da droga, as posições são mais unânimes no sentido de haver um tratamento desfavorável em relação aos ciganos:

- *“Vende tudo, vende ciganos, portugueses, todos! Mas eles só metem para cima dos ciganos (...) se for um cigano preso com droga acusam-no logo (...) cai em cima do cigano, o cigano é mais fraco” (entrevista realizada no Bairro São João de Deus, Porto);*

- *“...há certos barões aqui na cidade e não vão presos, eu como consumidor se fosse apanhado aí na cidade com meia grama ia para a esquadra, levava uma grande tarefa e depois ia para a cadeia.” (entrevista realizada no Bairro do Picoto, Braga).*

Um conjunto de críticas, estas unânimes em todas as entrevistas realizadas, à actuação da polícia tem a ver com os métodos que esta utiliza. Segundo os entrevistados, a polícia raramente distingue infractor de não infractor e culpado de não culpado, faz rugas às cegas nos bairros de “má fama” e frequentemente leva a família toda para a cadeia em vez de levar apenas o suspeito:

- *“Eles vêm aqui e batem a torto e a direito (...) é o que eu digo, são racistas! Nós não temos droga, somos feirantes e pagamos uns pelos outros, eles chegam aqui e batem (...) volta e meia entram aí a bater, batem a torto e a direito” (entrevista realizada no Bairro S. João de Deus, Porto).*

Finalmente, num número significativo de entrevistas ficou patente o desejo dos entrevistados de, sem recorrerem a códigos de honra e ao “uso das próprias mãos) se fazerem respeitar pela sociedade em geral, pela justiça e pela polícia em particular, usando os seus direitos de cidadania:

- *“...houve lá num bar problemas com ciganos e eu até não sabia de nada e passada meia hora fui lá e mais três ou quatro e a polícia queria-nos revistar, por os outros terem feito mal e eu disse «você a mim não me revista, para me revistar a mim tem que revistar toda a gente que está cá dentro, se fizer isso tem todo o direito de me revistar» e olhou para mim e virou as costas e foi embora, lá está, só nos queria revistar a nós os quatro.” (entrevista realizada em Braga-Centro).*

CAPÍTULO IV

Considerações Finais

Como vimos pelas particularidades do modo de vida dos entrevistados e dos membros dos seus agregado familiares, os ciganos não são nem um grupo social homogéneo, nem, no plano da sua situação de exclusão, simplesmente “mais um” grupo de excluídos. As características e as condições dos “excluídos” são diversas e possuem diferentes dimensões (geográficas, económicas, étnicas, culturais, etc.).

De facto, os ciganos apresentam, para além das situações genéricas a todos os grupos na mesma situação, um conjunto de dimensões que, não só os diferenciam de outros grupos de excluídos, como ainda potenciam várias dimensões de exclusão.

Por outro lado, como vimos, por exemplo pelo conjunto de medidas legislativas promulgadas ao longo dos tempos em Portugal e pelo “sentimento”, razoável na maior parte das circunstâncias, na sua larga maioria os entrevistados têm de serem relegados para o “patamar” mais baixo da sociedade portuguesa. A sua condição de excluído faz-se acompanhar de uma outra, a de socialmente estigmatizado.

A história “oficial” dos ciganos em Portugal é, como foi possível verificar no quadro síntese de leis, regulamentos e decisões administrativas apresentado no II Capítulo (Quadro 1), uma história legislativa, burocrático-administrativa e policial antiga, que atravessa os séculos, profundamente discriminatória dos ciganos, fossem/sejam eles nascidos em Portugal ou não; a “crónica” das suas relações com o resto da sociedade portuguesa é uma história longa,

feita de desconhecimentos, equívocos e rejeições de ambas as partes e que, ao longo dos tempos, se foi “petrificando”.

Com efeito, a situação de exclusão a que secularmente têm sido votados os ciganos em Portugal (e em muitos outros países europeus), gerou na sociedade portuguesa um conjunto de recriminações de tal maneira recorrentes e vulgares que tornaram a situação de exclusão não apenas num atributo pessoal, como também uma forma de designação social - uma designação social vexatória, como é possível ver, por exemplo, pelas associações feitas à palavra cigano em qualquer anódino Dicionário de Língua Portuguesa (indivíduo de raça cigana - trapaceiro - ladino - traficante de mercadorias subtraídas aos direitos - impostor).

De facto, quanto aos conteúdos e à forma, os ciganos são indiscutivelmente portadores de estigma, um atributo que os torna ainda mais vulneráveis às situações de pobreza e exclusão ⁵⁶.

Neste sentido, entendida como realidade resultante de designação social, a categoria “ciganos” surge como identidade prescrita de forma uniforme, isto é, enquanto categoria socialmente construída, os ciganos aparecem tendencialmente como grupo unitário.

Contudo, a etnia cigana é um grupo social, também ele heterogéneo, culturalmente múltiplo e dinâmico no interior de cada comunidade - de múltiplos pontos de vista, não existe “a” Comunidade Cigana Portuguesa, existem sim múltiplas comunidades de ciganos em Portugal.

A multiplicidade de situações encontradas no nosso trabalho de campo aponta claramente para a existência de várias comunidades, cada uma com as suas especificidades. Por exemplo e reportando-nos às comunidades a que pertenciam os 21 entrevistados, as diferenças entre comunidades urbanas e semi-urbanas eram significativas e, mesmo no interior de cada um destes dois tipos de espaço residencial, eram em alguns casos notórias.

⁵⁶ O estigma é um “tipo especial de relação entre atributo e estereótipo, [pela qual se constrói a diferença, uma vez que] a sociedade estabelece os meios de categorizar as pessoas e o total de atributos considerados comuns e naturais para os membros de cada uma dessas categorias” (GOFFMAN, 1988:17).

Todavia, como o nosso trabalho de campo mostrou, existe um tipo de estrutura e organização social transversal a todas as comunidades ciganas.

Nas comunidades ciganas, como em outros casos de centralidade da unidade familiar, a família é a sede por excelência de tomada de decisões, gestão de recursos e de divisão de funções, numa lógica de “submersão do económico no social” e de defesa contra o “outro” (na linguagem cigana, o *caló*) e de tentativa de obstaculização às adversidades inerentes ao tipo de designação social que a sociedade lhes “reserva”.

São estas e outras similitudes entre as diferentes comunidades ciganas que conferem a sua coesão como grupo étnico minoritário. Uma coesão que, embora alicerçada na herança cultural transmitida de geração em geração, não deixa de fazer reflectir, nas especificidades de cada comunidade, os diferentes trajectos pessoais e familiares dos seus membros.

Neste sentido, toda a problematização da questão da exclusão social/integração deve fazer-se em torno das especificidades próprias das comunidades ciganas em cada uma das dimensões gerais da exclusão social (trabalho, educação, habitação, saúde, direitos cívicos e políticos, etc.).

Por exemplo, no caso da dimensão “trabalho”, a sua vulnerabilidade não se explica simplesmente pela ausência de condições para encontrar emprego fora da actividade actualmente “tradicional” dos ciganos (venda ambulante); mais do que constatar a “ausência” de socialização das comunidades ciganas em relação a um hipotético modelo de socialização adequado à detenção de “requisitos para aceder a um emprego”, interessa equacionar respostas específicas, adequadas aos modelos organizativos e culturais ciganos ⁵⁷.

Em larga medida, o modelo padrão da exclusão social, assente no “paradigma” da dita sociedade salarial e nos seus pressupostos vínculos contratuais, não se ajusta nem aos constrangimentos em matéria de acesso à actividade profissional, nem às especificidades que, em termos culturais, dele decorrem.

⁵⁷ Como em outro capítulo referimos, este tipo de organização social centrado na família (e da comunidade), procura assegurar, por exemplo, o acesso ao rendimento e à protecção social, assenta em formas de racionalidade e de construção da identidade pessoal bastante distintas daquelas que as sociedades organizadas em torno do modelo da dita sociedade salarial propõem.

Como ficou patente no conteúdo das afirmações dos entrevistados, a “venda” é simplesmente (quase) a única resposta possível a constrangimentos outros. A opção pela venda de roupas contrafeitas, de quinquilharia ou de mueres que-já-ninguém-compra, tem a ver com constrangimentos históricos que, ao empurrarem os ciganos para a itinerância, os afastaram, “na altura devida”, das oportunidades do chamado modelo de “emprego salarial” e não, como afirmam alguns autores, de um qualquer “intrínseco” desejo de liberdade ou mesmo de “congénita” capacidade para serem adaptativos, versáteis e “empreendedoristas”.

Dos nossos entrevistados, boa parte, sobretudo mulheres e jovens, gostariam de ter outro “futuro” e a larga maioria aspira para os seus descendentes um futuro que não passe pela “venda”. Isto é, alguns entrevistados, apesar de terem consciência de que o modelo de integração ou inclusão no trabalho proposto pelos “patrões-caló” e pelo Estado não se adequa ao seu perfil (“só sabemos fazer venda”, “para que é que alguém quer um cigano”, “só querem gente com estudos”, “deitam fora o cigano logo que saibam que vive aqui”, “só a cara da gente põe-os a fugir”), não deixam de pensar num emprego “limpo”, sobretudo para os descendentes.

Aliás, também em relação à escola, apesar da “má ideia” que muitos fazem da escola do “seu tempo”, notou-se nas entrevistas o empolamento da relação de causa-efeito que estabelecem entre baixa escolaridade e venda ambulante e entre maiores habilitações escolares e “emprego limpo”.

Na sua generalidade, os entrevistados afirmaram que o “futuro” dos seus descendentes está em “estudarem o mais possível”, por exemplo, para serem “grandes professores”, “grandes advogados” e “grandes médicos”⁵⁸; alguns lamentaram bastante não terem ido à escola ou não terem estudado até “mais alto”. Neste último caso, apontaram a falta de “visão” dos pais, a sua pouca “quedada” para os estudos e, sobretudo, a falta de condições para ir à escola,

⁵⁸ Conjuntamente com técnicos da “Câmara”, médicos e polícias, embora por razões diferentes, os advogados foram das entidades exteriores à comunidade cigana das mais faladas. As histórias contadas foram bastantes e a o “somatório” das opiniões sobre esta profissão liberal, “repartiu” os advogados em duas categorias: “advogados amigos dos ciganos que livram os ciganos” e advogados que só querem o dinheiro dos ciganos”

derivada da necessidade de, desde muito novos, terem de acompanhar os pais na “venda” ou nas deslocações à procura de trabalho agrícola à jorna.

De facto, mesmo que alguns dos entrevistados tenham defendido, sobretudo quando se referiam ao passado, o estilo de vida itinerante, todos eles “acusam” o facto de serem obrigados a andar com o negócio e, por vezes, a casa às costas, como o principal obstáculo a terem uma vida como todos os outros cidadãos. Não só para todos este factor é determinante, por exemplo, para os generalizados baixos níveis de escolaridade e, por arrastamento, para o seu afastamento das possibilidades de formação, como ainda muitos o consideraram como grande responsável pela falta de respeito que, para com eles, têm os restantes membros da sociedade e, em particular, em níveis diferentes, vizinhos não-ciganos, comerciantes de porta aberta, “técnicos” e polícias.

Talvez por isso muitos dos entrevistados tenham afirmado convictamente que o principal problema que o Estado deve resolver é o da habitação.

Na realidade, como foi possível verificar por alguns dos excertos de entrevistas transcritos no ponto 4 do III Capítulo (Residência, Percursos Residenciais e Condições de Habitação), a resolução da questão da habitação é central – na opinião de uma entrevistada da Ilha dos Quatro Olhos (Vila Nova de Gaia) “*é muito importante, porque as pessoas querem que o povo cigano viva de cabeça levantada*”.

À resolução do problema da habitação afecta a posterior solução de todos os outros, quer sejam problemas ligados à educação e à formação, quer sejam problemas ligados aos acessos a cuidados de saúde ou às actividades económicas e profissionais.

Neste aspecto, importa ainda frisar que, para um número significativo de entrevistados residentes em bairros sociais problemáticos, mesmo os problemas com a polícia se solucionariam se o problema da habitação fosse resolvido, isto é, se fossem resolvidos problemas recorrentes, como o da falta de condições de habitabilidade, de segurança, de acesos e de infra-estruturas e do mau ordenamento das políticas de realojamento ou da desadequação das casas à dimensão e composição dos agregados familiares.

Se nos é permitida uma consideração final, que decorre directamente dos conteúdos da generalidade das entrevistas realizadas tanto a membros

das comunidades ciganas como a “representantes institucionais” ⁵⁹, as comunidades ciganas em Portugal, muito embora “guardem” as suas especificidades e continuem muito centradas no que, à falta de melhor termo, chamaríamos gueto de pobreza e de estigma, não descuram propostas de integração e inserção; balançam ente dois extremos: “integrar-se e perder a face” e “não perder a face e não se integrar”.

Das entrevistas realizadas, é possível, com um grau razoável de verosimilhança, afirmar que a decisão de boa integração, má integração ou não integração está nas gerações mais novas das comunidades ciganas e nos poderes públicos.

As boas medidas nas áreas da habitação, no ensino e formação e nos direitos de cidadania cívico-política e a receptividade que elas tiverem nas comunidades, decidirão.

Mesmo tendo em linha de conta o modesto nível de desenvolvimento do Estado-Providência em Portugal, só não dirimirão pela (boa) integração se, por exemplo, os ciganos continuarem a ser vistos como excluídos iguais a todos os outros e, como tal, se se continuarem a formular políticas que, para além de não terem em consideração o estigma que sobre eles impera desde há séculos, apontem em exclusivo para a sua inserção na dita sociedade de modelo salarial.

Os grupos excluídos não formam um único e homogéneo grupo social; as potencialidades analíticas do conceito de exclusão social e do conceito que lhe está inerentemente associado - por oposição, integração - residem em boa parte na sua multidimensionalidade e nas capacidades que ambos revelam na reconstituição dos universos simbólicos relativos aos aspectos culturais, identitários e representacionais.

⁵⁹ Passe este deslize de linguagem cometido logo no início da realização do projecto e que não foi mais possível corrigir !

Bibliografia

AFONSO, Maria José (1999), *Monografia das Intervenções no Complexo Habitacional de Lousado*, Famalicão, IGAPHE-Câmara Municipal de Famalicão

ALMEIDA, João Ferreira de e *alii* (1992) *Exclusão Social – Factores e Tipos de Pobreza em Portugal*, Oeiras, Celta Editora.

AMIGUINHO, Abílio (1999), “Educação/formação dos Ciganos” in MONTENEGRO, Mirna (org.) *Os ciganos e a educação*, Setúbal, Cadernos ICE (Instituto da Comunicação Educativa).

ARBEX, Carmen, (1999), *Actuar com a Comunidade Cigana – Orientações para a Intervenção em Toxicodependência a partir dos Serviços de Assistência*, Porto - Madrid, REAPN-Rede Europeia Anti-Pobreza/Portugal, Asociación Secretariado General Gitano, Madrid.

BASTOS, José G. Pereira Bastos e BASTOS, Susana Pereira Bastos (2000), *Os Ciganos, em Portugal, Hoje*, CEMME – Centro de Estudos de Migrações e Minorias Étnicas, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas - Departamento de Antropologia.

BLANQUART, Paul (1997), *Une histoire de la ville*, Paris, La Découverte.

BOURDIEU, Pierre (1979), *La distinction. Critique sociale du jugement*, Paris, Minuit.

BOURDIEU, Pierre (1993), *La Misère du Monde*, Paris, Seuil.

CAPUCHA, Luís (1998), “Exclusão social e acesso ao emprego: paralelas que podem convergirem”, *Sociedade e Trabalho*, 3.

CASTEL, Robert (1998), *As Metamorfoses da Questão Social*, Editora Vozes, Petrópolis.

CASTEL, Robert (1991), “De l’indigence à l’exclusion, la désaffiliation” in DONZELOT, J. (ed.), *Face à l’exclusion, le modèle français*, Paris, Esprit.

CASTRO, Alexandra (1995) “Ciganos e habitat: entre a iltinerância e a fixação”, *Sociologia - Problemas e Práticas*, 17.

DELARUE, Jean Marie (1991), *Banlieues en difficulté: la relégation*, Paris, Syros.

DIAS, Elisabete (1995), “O cigano em meio prisional” in *O Povo Cigano: Cidadãos na Sombra – Processos Explícitos e Ocultos de Exclusão*, Porto, Afrontamento.

ENGUITA, Fernandez, (1996) “Escola e etnicidade: o caso dos ciganos”, *Educação, Sociedade e Culturas*, 6.

FERNANDES, António Teixeira (1995), "Etnicização e racização no processo de exclusão social", *Sociologia – Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, 5.

FORMOSO, Bernard (1986), *Tsiganes et Sédentaires – La Reproduction Culturelle d'une Société*, Paris, L'Harmattan.

GAUJELAC, Vincent de e LEONETTI, Isabel Taboada (1994), *La lutte des places*, Marseille-Paris, Hommes et Perspectives - Desclé de Bronwer.

GOFFMAN, Erwing (1988), *O Estigma*, R. Janeiro, Ed. Guanabara.

HEUSH, Luc de (1965), *À la Découverte des Tsiganes*, Bruxelas, Institut de Sociologie.

LAMARQUE, Gilles (1995), *L'exclusion, que sais je?* Paris, Puf.

LIÉGEOIS, Jean-Pierre, (1989), *Ciganos e Itinerantes*, Lisboa, Santa Casa da Misericórdia, Lisboa.

LIÉGEOIS, Jean-Pierre (1994), "A escolarização das crianças ciganas e viajantes », *Relatório Síntese*, Bruxelas, Comissão das Comunidades Europeias.

MACHADO, Fernando Luís (1994), "Luso-africanos em Portugal: nas margens da etnicidade", *Sociologia-Problemas e Práticas*, 16.

MACHADO, Paulo Filipe (1994), "A presença cigana em Portugal: um caso de exclusão secular", *Revista Mediterrâneo*, 4.

MENDES, Maria Manuela (1998), "Etnicidade cigana, exclusão social e racismos", *Sociologia*, 8.

MOREIRA, José J. Semedo (1999), *Ciganos em Privação de Liberdade*, Separata da Revista do Ministério Público, 77, Lisboa, Editorial Minerva.

OKELY, Judith (1983), *The Traveller-Gypsies*, Cambridge, University Press.

PAUGAM, Serge (1996), "Pauvreté et exclusion. La force des contrastes nationaux" in PAUGAM, Serge (org), *L'Exclusion. L'État des Savoirs*, Paris, La Découverte.

PERISTA, Heloísa e PIMENTA, Manuel (1994), "A pobreza urbana – algumas situações tipo", *Mediterrâneo*, 4.

PINTO, Maria de Fátima (2000), *A Cigarra e a Formiga. Contributos para a reflexão sobre o entrosamento da minoria étnica cigana na Sociedade Portuguesa*, Cadernos REAPN, Porto, REAPN.

MARQUES, Cesarina e REIS, Fernanda (1999), *Sida – Percepção e Incidência na Comunidade Cigana*, Lisboa, Secretariado Diocesano de Lisboa da Obra Nacional para a Pastoral dos Ciganos, Lisboa.

REAPN (2000 a), *Conclusões do Encontro Temáticos sobre Saúde*, Porto, REAPN-Rede Europeia Anti-Pobreza / Portugal.

REAPN (2000 b), *Conclusões do Encontros Temáticos sobre Justiça*, Porto, REAPN-Rede Europeia Anti-Pobreza / Portugal.

REX, John (1988), *Raça e Etnia*, Lisboa, Estampa.

ROOM, Graham (1989): *Poverty and the Single European Market*, Centre for the Analysis of Social Policy, University of Bath.

ROSANVALLON, Pierre (1995), *La Nouvelle Question Sociale*, Paris, Seuil.

SAINT-MAURICE, Ana de (1997), *Identidades Reconstruídas: Cabo-Verdianos em Portugal*, Oeiras, Celta.

TEBIB, Roger (1996), *Les Exclus*, Paris, Economica.

VASCONCELOS, Pedro Bacelar de, (1999), "Os ciganos e a sociedade portuguesa", in Montenegro, Mirna (org.), *Os ciganos e a educação*, Setúbal, Cadernos ICE (Instituto da Comunicação Educativa).

VIEILLARD-BARON, Hervé (1996), *Les Banlieues*, Paris, Flammarion.

XIBERRAS, Martine (1996), *As teorias da exclusão – para uma construção do imaginário do desvio*, Lisboa, Instituto Piaget.

Anexos

ANEXO I

Guião da Entrevista a Representantes Institucionais

Guião de Entrevista a Responsáveis de Entidades Estatais e Privadas

A. Caracterização da população cigana

1. Em traços gerais, como caracterizaria a população cigana?
 - 1.1. Tendo em conta as suas características, refira os seus principais problemas de integração social.
 - 1.2. Quais são na sua óptica os principais recursos das comunidades e das culturas ciganas que podem vir a actuar em favor da sua integração?
2. Qual a extensão do desfavorecimento entre a população cigana em Portugal?
 - 2.1. Tem alguma percepção da evolução quantitativa, mas também qualitativa, isto é da natureza das situações de pobreza?
 - Mudaram as formas de pobreza?
 - Existiam grupos que não eram atingidos pela pobreza e que passaram a ser mais flagelados por ela, ou o contrário, grupos pobres ultrapassaram essa situação?
3. Quais os principais factores de exclusão e auto-marginalização da população cigana? Quais as principais causas subjectivas e objectivas da situação social de desfavorecimento em que se encontram?
4. Como diferenciaria a comunidade cigana no seu interior? Consegue associar esta diferenciação dos grupos de ciganos que referiu a uma diferenciação pré-existente à situação actual dos grupos em causa - tradições culturais, modos de vida e ocupações profissionais entretanto já abandonadas?
5. Acha pertinente, em termos de intervenção, dividir os grupos ciganos segundo a natureza diferenciada dos problemas que enfrentam? Quais os critérios que acha mais importantes nessa tipificação?
6. Vários estudos têm incidido na análise das comunidades, traços culturais e na análise da relação da população cigana com as diversas instituições. Acha que existe um conhecimento suficiente da dimensão e caracterização destas problemáticas? O que falta fazer?

B. Áreas problemáticas e experiências na inserção social e profissional da população cigana

1. Como caracterizaria a relação dos ciganos com a escola? Quais os principais problemas que se colocam às crianças e adolescentes ciganos na sua relação com a escola? E quais as dificuldades que a forma como se estrutura a escola e o ensino originam na integração de crianças ciganas?
2. Quais os principais problemas que se colocam na inserção social da população cigana quando pensamos nas possibilidades de acesso ao rendimento e de relação com o emprego e o trabalho?
3. Quais os problemas na área da formação e qualificação desta população-alvo? Pensa que o tipo de respostas que têm vindo a ser criadas são as melhores? Quais seriam as respostas mais adequadas?
4. Relativamente à habitação, quais são os problemas que salientaria no que diz respeito aos problemas de alojamento da população cigana?
5. E no campo da saúde, como caracterizaria os principais problemas da população cigana neste campo?
6. Finalmente, em termos da sua participação, que caracterização faz da sua mobilização e do associativismo cigano em Portugal?
7. Como avalia o resultado dos investimentos que têm sido feitos com o objectivo explícito de dar resposta aos problemas de integração aos diversos níveis que mencionou (escola, emprego/trabalho, habitação, formação profissional, saúde)?
8. Na sua opinião que efeitos têm tido as políticas sociais do Estado português vigentes nas seguintes áreas de intervenção:
 - no combate à exclusão social (RMG, PLCP, PER, PRU e realojamento, criação de campos de "Parques Nómadas", outros apoios etc.?)
 - no âmbito do ensino e formação profissional (no combate ao insucesso escolar, educação de adultos pouco escolarizados, acções de formação especial, etc.)?
 - no âmbito da integração profissional dos ciganos (políticas de criação de emprego, economia social, etc.)?

9. Como avalia a intervenção que tem sido feita pelas diversas instituições privadas e públicas que têm vindo a intervir no terreno, junto da população cigana? Pensa que poderia ser melhorado? Como?

10. Refira as experiências concretas que considera mais positivas no campo das acções dirigidas à integração social de ciganos? O que as distingue de outras acções? Que efeitos tiveram na população-alvo? Têm sido divulgadas? Têm sido feitas avaliações ou produzida reflexão sobre elas?

11. E relativamente à experiência desenvolvida noutros países. Que medidas/acções considera particularmente bem sucedidas? Até que ponto pensa que poderiam ser transponíveis para a realidade portuguesa?

12. Que custos a nível social, económico, político etc., decorrem dos problemas existentes na integração social e profissional da população cigana?

13. Medidas prioritárias a implementar no apoio às comunidades ciganas

14. De um modo geral, como é que avalia a atitude da população portuguesa relativamente à comunidade cigana?

15. Como é que pensa que se poderia promover a imagem e estimular o interconhecimento entre os ciganos e a restante população portuguesa?

16. E os ciganos, como pensa que vêem a sua própria situação (substituíam-se, sentem-se rejeitados, etc.)? O que poderia ser feito para os mobilizar para a resolução dos próprios problemas?

17. Que medidas prioritárias considera necessário implementar nas seguintes áreas:

- Sinalização dos ciganos e das suas condições de vida?;
- Sensibilização da população em geral para os problemas da exclusão social mas também para as potencialidades das comunidades ciganas?;
- Metodologias direccionadas para o desenvolvimento integrado destas comunidades?;
- Medidas de apoio às comunidades locais mais pobres?;
- Medidas no âmbito da formação profissional para ciganos?;
- Mecanismos de apoio à procura/criação do próprio emprego?;
- Medidas dirigidas à promoção da escolarização da população cigana?;
- Medidas dirigidas ao apoio ao acesso à habitação e à integração social nos espaços residenciais?

18. Que outras sugestões faria para apoiar as comunidades ciganas?

19. Finalmente, na sua opinião, que tipo de cidadania se está a promover no caso da população cigana? Em que moldes é que poderia ser encarada a cidadania destas comunidades em Portugal?

ANEXO II

Guião da Entrevista à População Cigana

I - CARACTERIZAÇÃO DE BASE

1 Composição do agregado	2 Sexo 1. Fem. 2. Masc.	3 Idade (anos)	4 Estado civil Qual o seu estado civil? Se é casado, qual o tipo do seu casamento?	5 Nacionalidade Qual a sua nacionalidade?	6 Naturalidade
1.					
2.					
3.					
4.					
5.					
6.					
7.					
8.					
9.					
10.					
11.					
12.					
13.					
14.					
15.					

7 Condição perante o trabalho Qual a sua condição perante o trabalho?	8 Principal meio de vida Qual o seu principal meio de vida?	9 Escolaridade Qual o seu grau de escolaridade?	10 Profissão Qual a sua profissão??
1.			
2.			
3.			
4.			
5.			
6.			
7.			
8.			
9.			
10.			
11.			
12.			
13.			
14.			
15.			

COMPONENTE BIOGRÁFICA

Percursos residenciais

11. Trajecto geográfico/migrações
12. Tempo de residência no local da residência actual
13. Razões das mudanças
14. Avaliação das mudanças

Trajecto escolar

16. Com que idade deixou de estudar ?
17. Porque deixou de estudar?
18. Como avalia o seu grau de sucesso ou insucesso escolar?
19. Quais as razões do sucesso/insucesso?
20. Como era o seu relacionamento com colegas e professores?
21. Como avalia a escola que frequentou?
22. Posição do próprio e dos pais face à aquisição de competências escolares
23. Tem algum projecto de retomo à escola?

Escola e inserção profissional dos filhos

24. Os seus filhos frequentam a escola?
25. Qual a relação com a escola em geral e com os professores em particular?
26. Com que frequência o encarregado de educação contacta a escola/professores? Para que assuntos?
27. Pensa que a escola poderá ser um factor importante para o futuro dos seus filhos?
28. Quais os principais problemas de relacionamento com a escola?
29. Sente que há um tratamento diferente entre crianças ciganas e não ciganas? Em que aspectos? Por parte de quem? Porque é que acha que isso acontece?
30. Vai deixar os seus filhos continuarem os estudos? Porquê?
31. Os seus filhos já reprovaram algum ano? Porque é que acha que isso aconteceu?
32. Qual gostaria que fosse a profissão dos seus filhos?
33. Acha que os seus filhos vão conseguir uma boa profissão? Porquê?
34. Quais os principais obstáculos que se colocam na inserção profissional da comunidade cigana?
35. Quais os problemas da área da formação profissional? O que se deveria fazer?
36. No que toca à educação, acha que existem diferenças entre os seus filhos e as suas filhas?

Qualificações, situação e percurso profissional

(para os entrevistados que exercem ou já exerceram profissão)

37. Com que idade começou a trabalhar?
38. Percurso profissional (situação na profissão e ramo de actividade da profissão actual e anteriores, causas da mudança de emprego, modo de obtenção dos empregos, duração, causas e recurso ao subsídio em eventuais períodos de desemprego).
39. Quais os aspectos positivos e negativos da sua actividade profissional? Como é que a sua actividade profissional tem evoluído?

40. Frequenta ou já frequentou algum curso/acção de formação profissional? Se sim, pensa que isso lhe trouxe ou lhe irá trazer alguma vantagem? Como?
41. Que tipo de acções de formação é que acha que podiam ser desenvolvidas?

(Profissão actual -

os desempregados respondem em relação à última profissão)

42. Qual a sua profissão actual?
43. Qual o seu ramo de actividade?
44. Qual ou quais o seu local ou locais de trabalho?
45. Trabalha sempre no mesmo durante todo o ano? Se não, que outras actividades exerce?
46. Quantas horas trabalha semanalmente?
47. O ritmo de trabalho ao longo da semana é sempre o mesmo? Como é que varia? E ao longo do ano?
48. Há quanto tempo desempenha esta actividade?
49. Estatuto legal do emprego
50. Desconta para a Segurança Social?
51. No caso da actividade exercida ser as vendas, tem licença? Já teve algum tipo de problemas a este nível?
52. Gostava de ter outra profissão? Qual? Porquê?

(Para os trabalhadores por conta de outrem)

53. Que tipo de contrato de trabalho tem?
54. Qual a relação com os seus colegas de trabalho?
55. E com as chefias?
56. É sindicalizado?

(Para os desempregados)

57. Há quanto tempo se encontra desempregado?
58. Qual / Quais as causas da sua situação de desempregado?
59. Recorreu ao subsídio de desemprego?
60. Tem procurado novo emprego? (razões, dificuldades encontradas)

(Para os reformados)

61. Com que idade se reformou?
62. Porque se reformou?
63. Qual o seu grau de satisfação com a situação de reformado?

(Para as domésticas)

64. Porque é que nunca exerceu uma profissão? / Porque deixou de exercer uma profissão?
65. Qual o seu grau de satisfação com a situação de doméstica?

(No caso do entrevistado ser o “chefe de família”)

66. Importava-se que a sua mulher trabalhasse noutra actividade sem ser no âmbito familiar? Porquê?
67. A sua mulher já frequentou algum curso de formação profissional? Importava-se que frequentasse? Porquê?

Meios de vida

68. De que tipo(s) de rendimento(s) auferes (salário, subsídio de desemprego ou outros, reforma, RMG)?
69. Qual a origem do seu rendimento dominante?
70. Qual o rendimento líquido mensal do agregado?

II — CONDIÇÕES DE VIDA

Mobilidade geográfica

71. Tem habitação fixa?
72. Regressa a casa todos os dias, ou fica noutra local? Onde?
73. Em que situações fica fora de casa?
74. Viaja frequentemente?
75. Para onde? Que rotas?
76. Durante quanto tempo?
77. Com que objectivos?

Habitação

78. Qual o seu tipo de habitação?
79. Como é que acedeu a essa habitação? (reajuntamento, compra directa, etc.)?
80. Qual o seu regime de propriedade? (própria, arrendada, habitação social, ocupada, etc.)?
81. A sua habitação está legalizada?
82. Quantas divisões tem a sua habitação?
83. Quantas pessoas vivem na habitação onde reside?
84. Auto avaliação da dimensão da habitação relativamente ao número de membros do agregado
85. A sua habitação está dotada de todas as infra-estruturas básicas? (casa de banho, água canalizada, electricidade, esgotos).
86. Condições de habitabilidade (estado de conservação, problemas)
87. Que equipamentos ou bens duradouros a sua habitação possui?
88. Como avalia a sua habitação e os bens domésticos?
89. Quais os principais problemas que a comunidade cigana enfrenta no que concerne à habitação?

Zona de residência

90. Que problemas e carências detecta na sua zona de residência?
91. Há quanto tempo reside nesta zona?
92. Acha que conhece bem a sua zona de residência?
93. Conhece bem os vizinhos?
94. Tem muitos familiares na sua zona de residência? E amigos?
95. Pertence a alguma associação local?
96. Está satisfeito por morar neste local? Porquê?
97. Como avalia a sua zona de residência relativamente a equipamentos? (lazer, desporto, recreativos, culturais)?
98. Quais os tipos de equipamentos que frequenta?
99. Considera que os equipamentos disponíveis têm uma boa acessibilidade?
100. Como avalia, em geral, os equipamentos?

Saúde

101. O seu agregado familiar está inscrito no Centro de Saúde?
102. Com que frequência recorre a cuidados de saúde?
103. A quem/onde recorre quando está doente?
104. Grau de acessibilidade aos equipamentos de saúde
105. Faz algumas restrições de ordem financeira no que concerne aos cuidados de saúde?
106. Beneficia de algum esquema de saúde? Qual?
107. Os seus filhos têm as vacinas em dia?
108. Existe algum elemento do seu agregado familiar com problemas de saúde? (ex. algum problema físico ou mental, alcoolismo, toxicod dependência, etc.)
109. Como é que têm sido as suas experiências com os médicos? E com os Centros de Saúde e Hospitais? Acha que tem sido bem tratado?

III — REDES DE RELACIONAMENTO

Caracterização da população cigana

110. Acha que a cultura cigana é muito diferente da não cigana?
111. Em que aspectos é que se distingue da população não cigana? (modo como trabalham, educação das raparigas e rapazes, família, maneira de ser, etc.)
112. Qual o grau de solidariedade entre o povo cigano?
113. Acha que há diferenças no interior da comunidade cigana?
114. Quais as vantagens e desvantagens da cultura cigana?
115. Pensa que a comunidade cigana tem mudado nas últimas décadas? Que tipo de mudanças?
116. Quais as principais dificuldades que a comunidade cigana enfrenta actualmente?
117. Acha que uma pessoa não cigana poderá estar tão integrada na comunidade cigana como um cigano? Se não, porquê? Se sim, o que é necessário para que isso aconteça?

Relações de Sociabilidade

118. Como se relaciona com a comunidade cigana?
119. Costuma participar em eventos, festas ou outros acontecimentos da cultura cigana?
120. E em eventos, festas ou outros acontecimentos de outras culturas? Quais?
121. Com quem se relaciona mais frequentemente? (familiares, vizinhos, amigos, ciganos ou não ciganos, etc.)
122. E os seus filhos?
123. A quem é que recorre quando precisa de um conselho?
124. Com quem ficam os seus filhos quando não estão na escola?
125. Com que é que deixaria os seus filhos se fosse necessário?
126. Considera-se completamente integrado na comunidade cigana? Porquê?
127. O que considera ser necessário para uma pessoa de etnia cigana estar completamente integrado na sua comunidade?
128. Em que situações é que se relaciona com não ciganos? Como caracteriza esse relacionamento?

Representações face ao racismo e xenofobia

129. Como acha que a sociedade maioritária vê os ciganos?
130. Acha que a sociedade maioritária detém o conhecimento necessário sobre a etnia cigana?
131. Pensa que os ciganos são, de uma forma geral, discriminados? Como? Em que aspectos?
132. Se sim, quem são os culpados? Porquê?
133. E no seu caso? Alguma vez se sentiu discriminado? Isso aconteceu muitas vezes?
134. Por quem? Em que situações? Porque é que acha que isso aconteceu? O que poderia ser feito para evitar essa discriminação?
135. Quais seriam as medidas mais urgentes para ajudar a comunidade cigana a melhorar a sua qualidade de vida?
136. De quem seria essa iniciativa? Da sociedade maioritária ou dos ciganos? Como se poderiam envolver uns e outros?

Conhecimento e avaliação de medidas tomadas

137. Conhece alguma(s) medida(s) políticas que visem ajudar os ciganos?
138. O que pensa das medidas tomadas pelas autoridades portuguesas no que toca à promoção e integração da comunidade cigana?
139. Quais aquelas que acha que deveriam ser tomadas?
140. O que pensa das associações e instituições que têm actuado no terreno?
141. Sabe da existência de mediadores?
142. O que pensa da existência de mediadores?

Relacionamento/recurso a instituições/Apoio social

143. Grau de conhecimento das instituições e das suas funções(CM, JF, CRSS, PPS's, etc.)
144. Com que frequência recorre/contacta com essas instituições? Para quê? Como avalia a sua relação com essas instituições?
145. O seu agregado familiar recebe algum tipo de apoio de alguma instituição? Qual?
146. Como descreve a sua relação com as instituições que lhe fornecem apoio?
147. Algum membro do seu agregado familiar participa ou participou em acções levadas a cabo por alguma instituição? (por ex. ensino recorrente, melhorias na habitação, etc.)
148. O seu agregado familiar beneficia do RMG? Quais as contrapartidas em termos de programas de inserção?

Participação social e política

149. Tem bilhete de identidade?
150. Pertence a alguma associação? Qual / Quais?
151. Que tipo de participação tem na associação?
152. É recenseado?
153. Costuma votar nas eleições? E nos referendos?
154. Qual a sua posição em termos políticos?
155. Pertence a algum partido político?

Modelos de orientação de vida e expectativas

156. No futuro, pensa que a sua vida vai melhorar ou piorar?
157. De uma forma geral, a sua vida tem sido melhor ou pior do que a dos seus pais?
158. Pensa que a vida dos seus filho é/vai ser melhor do que a sua?
159. Tem algum tipo de projecto de vida a tomar (curto, médio ou longo prazo) Qual?
160. Qual o principal aspecto que gostaria de mudar na sua vida?

Justiça

161. Tem alguém na sua família que esteja preso? Porquê?
162. Se sim, recebeu alguma queixa devido ao tratamento dado na prisão? De quem?
163. Já teve algum tipo de problemas com a polícia? E com a justiça? Quais? Porque motivos? Quais as consequências?
164. Como é que acha que foi tratado nessas situações? Acha que o facto de ser cigano fez com que houvesse um tratamento diferente?
(fazer as mesmas questões relativamente aos outros membros do agregado).

Colecção Olhares

- 01 **PONTES PARA OUTRAS VIAGENS**
Escola e comunidade cigana: representações recíprocas
Luiza Cortesão, Stephen Stoer, Maria José Casa-Nova, Rui Trindade
- 02 **SAÚDE / DOENÇA É QUESTÃO DE CULTURA**
Atitudes e comportamentos de saúde materna das mulheres ciganas em Portugal
Luísa Ferreira da Silva
- 03 **REPRESENTAÇÕES SOCIAIS
DAS COMUNIDADES CIGANA E NÃO-CIGANA**
Implicações para a integração social
Ernesto P. Fonseca, J. Mendes Marques, J. Quintas, Gabrielle Poeschl
- 04 **COEXISTÊNCIA INTER-ÉTNICA,
ESPAÇOS e REPRESENTAÇÕES SOCIAIS**
Os Ciganos vistos pelos outros
Isabel Duarte, Alexandra Castro, Joana Afonso, Mafalda Sousa,
Margarida Salgueiro Antunes, Maria José Lobo Antunes
- 05 **TRADIÇÃO E PROSPECTIVA NOS MEANDROS DA ECONOMIA CIGANA**
Circuitos peri-económicos na Grande Lisboa
Alda Gonçalves, Orlando Garcia (coord.)

